

PRODUTORES FLORESTAIS



N.º 4 Janeiro / Fevereiro 2021 www.produtorestatais.pt



PROTEJA A SUA FLORESTA

As boas práticas de gestão ativa fazem a diferença na floresta, tornando-a mais segura. Saiba como proteger a sua floresta e quais as obrigações legais na limpeza das falxas de combustíveis. Os espaços florestais não cuidados, ou abandonados, ficam mais expostos aos incêndios.

págs. 4 a 15

Henrique Pereira dos Santos

**“RESTRICÇÕES À REARBORIZAÇÃO
DIMINUEM QUALIDADE DE GESTÃO”**

págs. 26 a 29

Programa Premium

NAVIGATOR OFERECE SOLUÇÕES À MEDIDA

págs. 30 a 33

ÍNDICE

A gestão torna a floresta mais segura

págs. 4 a 7

O que diz a lei sobre as regras a cumprir nas faixas de gestão de combustível

págs. 8 a 11

Empresa de Oleiros desenvolve uma nova solução para as faixas de gestão junto a casas e aglomerados populacionais

págs. 12 a 15

Formação de segurança *on the job* alerta para riscos de acidentes no trabalho florestal

págs. 16 a 21

Por dentro da Associação Florestal do Baixo Vouga, em Albergaria-a-Velha

págs. 22 e 23

Consultório Técnico – A importância das técnicas de sacha e de amontoa

págs. 24 e 25

Entrevista a Henrique Pereira dos Santos, arquiteto paisagista

págs. 26 a 29

Programa Premium da Navigator oferece soluções para o eucaliptal

págs. 30 a 33

Conheça Maria Jesuína, viveirista na Herdade de Espirra

págs. 34 e 35

Guia para aplicação de herbicidas na floresta de produção, por José Rafael

págs. 36 e 37

Novos sistemas agroflorestais na floresta de eucalipto

págs. 38 e 39

Notícias

págs. 40 a 43

Finanças & Fiscalidade

págs. 44 e 45

Três perguntas a José Manuel Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Valongo + Agenda

pág. 46

Opinião – Luís Veiga Martins

pág. 47

O CARVALHO DO “PADRE ZÉ” (BATALHA)

Com idade estimada entre os 600 e os 900 anos, um perímetro à altura do peito de 5,87 metros, e 20,9 metros de altura, o carvalho do “Padre Zé”, localizado em Reguengo do Fétal (Batalha), na Serra de Aire e Candeeiros, é apontado como o maior carvalho-cerquinho existente em Portugal. A árvore ganhou o nome do padre José do Espírito Santo que, na altura da Segunda Guerra Mundial, impediu que este fosse cortado para produção de carvão. Este é um dos 18 carvalhos identificados nos concelhos da Batalha e de Tomar, na sequência de um trabalho de inventariação de carvalhos-cerquinhos de grande porte, realizado pelo grupo Aves da Batalha e pela Associação Sociocultural e Ambiental 3OPORILINHA, entre 2019 e 2020. O objetivo é tornar este arvoredor de classificação de interesse público.

Fonte: “Carvalhos-cerquinhos de grande porte dos concelhos da Batalha e de Tomar como embaixadores dos bosques de *Quercus faginea* Lam. (cercals) na zona centro de Portugal”, Lucanus - Revista de Ambiente e Sociedade, vol. IV



MAIS PREVENÇÃO

A GESTÃO TORNA A FLORESTA MAIS SEGURA

O fogo não conhece espécies. É a forma como os espaços florestais são geridos que faz a diferença para um verão sem notícias de grandes incêndios. E cuidar da floresta é muito mais do que a limpeza das faixas de gestão de combustíveis.

Uma floresta menos vulnerável ao fogo, capaz de minimizar as consequências dos incêndios, pode ser explicada como a fábula da formiga e da cigarra adaptada à estação mais quente do ano: quem cuida durante o tempo mais fresco, melhor enfrenta o período crítico do verão, quando as temperaturas altas aumentam o índice de risco de incêndio para nível muito elevado ou máximo. O espaço florestal abandonado ou sem gestão ativa é, por norma, um local que reúne condições propícias para a propagação de incêndios. Independentemente da espécie florestal, é esta gestão, baseada em boas práticas silvícolas, que contribui para diminuir o impacto dos fogos. Não só para reduzir a probabilidade que estes aconteçam, mas também para que não se propaguem de forma descontrolada e causem danos significativos. Nas florestas com gestão responsável, tudo é planeado e organizado, desde a instalação ao corte do povoamento, passando pelo controlo da vegetação e a seleção de varas (nos eucaliptais), e também manutenção de caminhos, aceiros e linhas de água, num ciclo de operações que acontece sobretudo fora do verão. Tudo para que, quando a temperatura subir e a humidade descer, a floresta esteja mais bem preparada para resistir ao fogo e minimizar as consequências dos incêndios. Estas são as florestas que ardem menos e melhor recuperam.

Maior intervenção na prevenção

Os incêndios que marcaram o ano de 2017 despertaram a atenção pública para a necessidade de maior intervenção na floresta, assistindo-se ao reforço da legislação criada há mais de dez anos – o Decreto-Lei n.º 124/2006, que estrutura o atual Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Este diploma estabelece um conjunto de regras com o objetivo claro de apostar na prevenção, no entanto, ao longo dos anos tem-se verificado que nem todas as regras são exequíveis e eficazes, o que torna necessário ajustá-lo à especificidade do território nacional e da nossa floresta. Com o foco especialmente dirigido para a criação e manutenção de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC), a lei determina distâncias de proteção para edifícios, aglomerados populacionais,

equipamentos e outras infraestruturas [ver págs. 8-9], responsabilizando os proprietários florestais, muitos dos quais ausentes ou desconhecidos: são mais de 400 mil proprietários privados que respondem por cerca de 85% da floresta portuguesa, onde prevalece a pequena propriedade (minifúndio). Com cumprimento obrigatório até 30 de abril de cada ano, a limpeza dos espaços florestais traduz-se em grande azáfama nas semanas anteriores, quando os proprietários procuram acautelar eventuais incumprimentos nas obrigações que incidem sobre a manutenção das faixas de gestão de combustíveis. Mas se algumas operações se justificam para essa altura – como a limpeza das herbáceas, os combustíveis finos que crescem rapidamente, ultrapassando os 20/50 cm (ervas/arbustos) definidos pela lei –, outras, como a seleção de varas no eucaliptal ou as gradagens, podem ser executadas entre o outono e a primavera.

Tempo certo para as operações

Com enormes restrições nos meses quentes (de junho a setembro), pelo risco que representa a circulação de máquinas de combustão interna e externa (tratores, equipamentos e veículos de transportes pesados), o trabalho na floresta deve ser preferencialmente executado fora dos dias críticos em termos de risco de incêndio. Historicamente é particularmente importante que as operações florestais enquadradas na defesa de pessoas e bens sejam efetuadas até final de abril. Tendo em conta as imposições legais sobre as faixas de gestão de combustível, o ideal é que a limpeza destas áreas (nos 50 ou 100 metros ao redor dos edifícios ou aglomerados populacionais) aconteça entre fevereiro e abril. Em zonas onde não há pastoreio, os combustíveis finos crescem durante todo o ano, e ao cortá-los no

◀ A motorroçadora é uma importante ferramenta no controlo de matos e silvas nas operações de gestão de combustíveis

► O destroçador com disco de correntes é bastante eficaz na primeira intervenção de corte de mato florestal



MAIS PREVENÇÃO

outono o proprietário só duplica despesa, pois terá de voltar a limpá-los antes do verão.

Dentro da floresta, nos espaços que não estão abrangidos pelas FGC definidas na legislação, a gestão dos povoamentos decorre principalmente entre o outono e a primavera, com o objetivo de tornar a floresta mais resiliente, produtiva e ambientalmente sustentável. Esta gestão envolve um número considerável de operações, como seleção de varas, podas, desramações, controlo de pragas e doenças, controlo de matos, limpeza de caminhos ou aceiros, ou construção ou melhoria de pontos de água. Cuidar todo o ano é o desafio para uma floresta mais segura, e uma forma de combater o absentismo e a desertificação do interior, que deixou os espaços rurais sem aqueles que outrora cuidavam e vigiavam a floresta. **PF**

Nas florestas com gestão responsável, tudo é planeado e organizado, desde a instalação ao corte do povoamento, num ciclo de operações que acontece sobretudo fora do verão.

▼ As boas práticas contribuem para o desenvolvimento e resiliência dos povoamentos florestais

OPERAÇÕES DE GRADAGEM

A gradagem visa eliminar os matos nos espaços florestais e pode ser feita em várias idades do povoamento. Como o próprio nome indica, esta operação consiste na utilização de uma grade com discos (rebocada ou acoplada a um trator), que cortam a vegetação e incorporam-na no solo, reduzindo assim a carga combustível. Como a seleção de varas (corte dos rebentos) no eucaliptal aumenta a quantidade de ramos e sobrantes que é deitada ao chão, a gradagem tem uma ação eficaz ao partir essa lenha, cortar os matos e incorporar toda essa matéria vegetal na primeira camada do solo.

CONTROLO DE MATOS

As operações de corta-matos atuam nos combustíveis que estão à superfície do solo – os matos que se acumulam de ano para ano –, reduzindo o risco de o fogo evoluir rapidamente do solo para as copas das árvores, tornando os incêndios mais severos e de muito difícil controlo. A atividade de controlo de matos pode ser executada de formas distintas: por controlo químico, com a aplicação de herbicida; por controlo mecânico, através de grades de discos, corta-matos de correntes ou de facas; e por controlo manual, com recurso a motorçoadoras. Ainda pode recorrer-se à utilização da técnica de fogo controlado.

GESTÃO ATIVA DA PLANTAÇÃO AO CORTE

Sérgio Maggioli é o coordenador de Proteção Florestal na The Navigator Company, empresa que gere mais de 108 mil hectares de floresta (próprios e de terceiros) em Portugal continental, e explica a política da empresa em matéria de gestão deste património. “Existe um Plano de Gestão Florestal para toda a área gerida pela Companhia, onde estão preconizadas as operações a realizar durante um período de tempo. À medida que os anos vão passando, vão-se ajustando as operações de acordo com as necessidades, nunca descuidando as boas práticas”, diz à “Produtões Florestas”. E acrescenta: “Este tipo de planeamento começa logo no momento da elaboração do projeto de arborização ou re-arborização, repetindo-se ciclicamente de acordo com a espécie.” A gestão tem como objetivo, entre outros, manter o povoamento em boas condições durante os 12 anos em que as árvores atingem a maturidade e pode estender-se por 24/36 anos (duas ou três rotações), até que a área seja sujeita a um novo projeto de re-arborização, com adequada preparação do solo e instalação.



◀ Sérgio Maggioli é o coordenador de Proteção Florestal na Navigator

Melhor combate ao fogo

“Trata-se de uma gestão ativa e que, entre outros aspetos, contribui significativamente para o aumento da resiliência destas áreas”, refere Sérgio Maggioli. “Embora a floresta gerida seja mais resiliente, também ela arde”, prossegue aquele responsável, reconhecendo que, normalmente, “o impacto do fogo nestas é menor”. “Quem lida de perto com incêndios florestais reconhece que as áreas com gestão ativa por vezes são locais de oportunidade para travar os incêndios”, refere, pois, havendo menos carga combustível disponível para arder, a intensidade das chamas é menor e, em geral, a sua progressão diminui (obviamente que as condições meteorológicas são sempre determinantes). **PF**

UM SERVIÇO PÚBLICO A CARGO DOS PROPRIETÁRIOS

A manutenção das faixas de gestão de combustível definidas por lei implica um investimento anual considerável, sem que os proprietários tirem qualquer rendimento destes espaços. Além disso, ao reduzir a densidade de árvores presentes nestas faixas, estes espaços recebem mais luz e humidade, o que favorece o crescimento da vegetação e obriga a uma maior frequência nas ações de limpeza. “A legislação atual está a aligeirar a responsabilidade do Estado e a obrigar os proprietários florestais a cumprir serviço público em redor dos aglomerados populacionais e da rede viária”, reclama Pedro Quaresma, da Associação Florestal de Entre Douro e Vouga (AFEDV), para logo acrescentar: “A lei não tem base científica e o que existe é uma serventia sobre as propriedades florestais que não é paga. Os proprietários têm um dever de salvaguarda comum, uma obrigação na proteção de bens de terceiros, e não têm nenhum benefício por isso.”

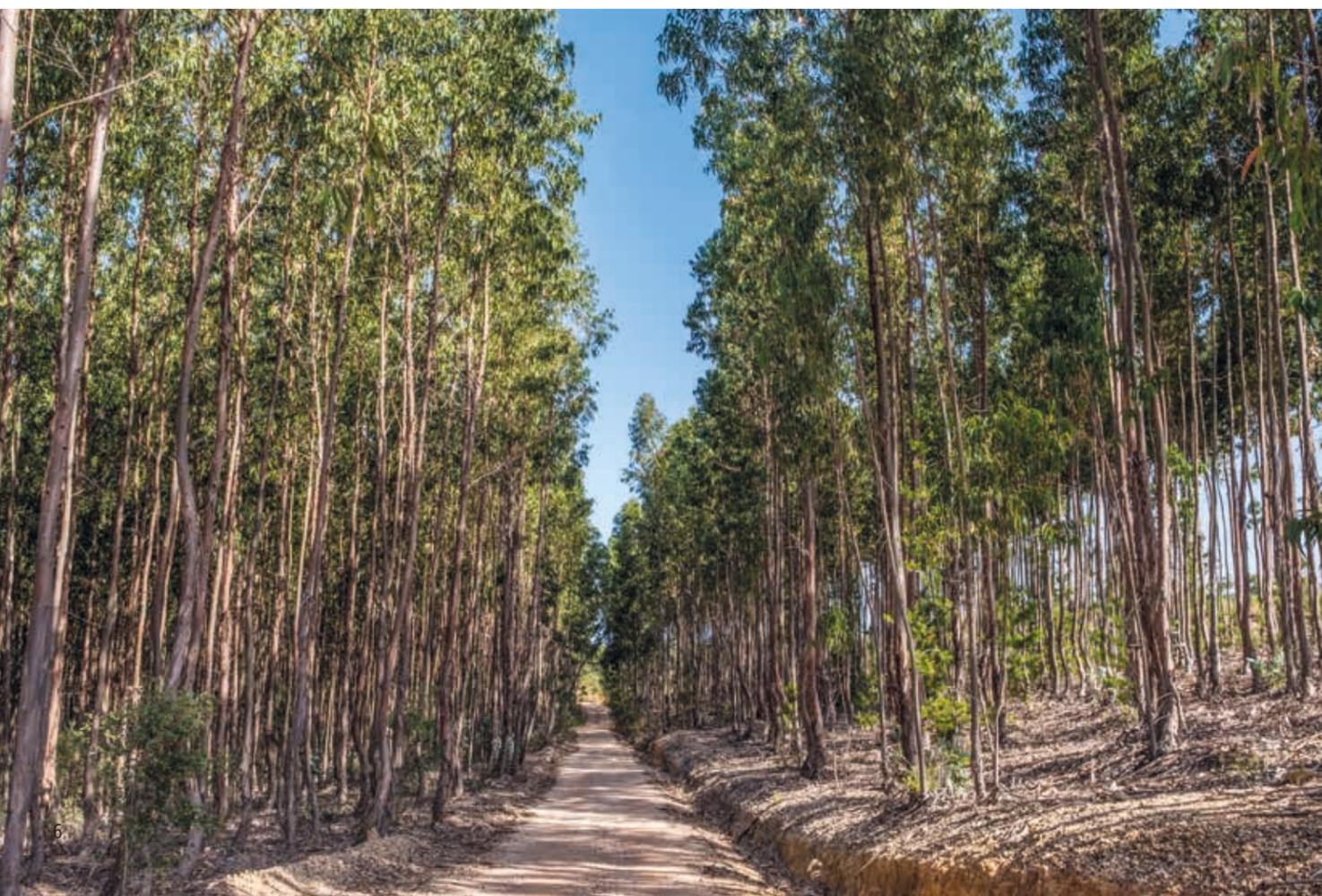
Abrir espaço às invasoras

Com uma intervenção na floresta nacional, mas mais focada na região entre Douro e Vouga, a AFEDV tem cerca de 300 associados, os quais usufruem dos



◀ Pedro Quaresma (AFEDV) lamenta legislação que “foi feita sem base científica”

serviços de planeamento e execução de operações florestais, nomeadamente as limpezas de matos. “Temos cinco equipas de sapadores e mais quatro equipas de trabalhadores agroflorestais habilitados para a limpeza de matos. Procuramos corresponder a todas as solicitações, priorizando os nossos associados, embora seja difícil dada a quantidade de pedidos”, adianta Pedro Quaresma. O dirigente associativo considera que a limpeza das faixas de combustível está a “abrir espaços na floresta para uma proliferação desmesurada das invasoras lenhosas, acácias e háqueas”, e, por isso, deixa um apelo aos proprietários florestais: “Empenhem-se na gestão da vossa floresta, para tirarem dela maior rentabilidade e assim poderem investir no seu desenvolvimento e resiliência.” **PF**



REGRAS PARA CUMPRIR NAS FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

A existência de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) ao redor de edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas – as denominadas Redes Secundárias de FGC – é obrigatória por lei desde 2006 (DL n.º 124/2006, de 28 de junho, cuja última atualização data de janeiro de 2019). As regras estão estabelecidas e destinam-se a proteger de forma mais eficaz as pessoas e bens em caso de incêndios florestais.

O Decreto-Lei que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI) também intervém na defesa da floresta em todo o território continental, nomeadamente na silvicultura, arborização e rearborização, e nas redes primárias de Faixas de Gestão de Combustível que visam estabelecer, em locais estratégicos, condições favoráveis ao combate de grandes incêndios florestais.

Tome nota que todas as operações de gestão de combustíveis nos espaços florestais devem ser precedidas de aviso a afixar no local dos trabalhos, num prazo não inferior a 10 dias. **PF**

Os responsáveis pelas faixas de gestão de combustíveis devem proceder à sua limpeza até 30 de abril. Caso a mesma não ocorra até essa data, os municípios têm até 31 de maio para o fazer, substituindo-se aos proprietários em incumprimento.

PROTEÇÃO DE EDIFÍCIOS E AGLOMERADOS POPULACIONAIS

No meio rural, é comum termos edificações e aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com áreas arborizadas ou matos. A melhor forma de os proteger é criando uma área em seu redor com reduzida quantidade de vegetação (árvores, arbustos e herbáceas).

Assim, a Faixa de Gestão de Combustível à volta de cada edifício inserido em espaço rural (floresta, matos ou pastagens naturais) deve ter uma largura mínima de **50 metros**. Em terrenos com outras ocupações, a largura desta faixa será entre um mínimo de 10 m e um máximo de 50 m.

Já no caso de aglomerados populacionais (parques de campismo, parques industriais e aterros sanitários) inseridos ou confinantes com espaços florestais, é obrigatória uma Faixa de Gestão de Combustível de largura mínima não inferior a **100 metros**, podendo ter outra amplitude definida nos respetivos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

REDE VIÁRIA E LINHAS ELÉTRICAS

Na rede viária ou ferroviária em espaços florestais, previamente definida nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), têm de ser asseguradas áreas de gestão de combustíveis numa faixa lateral com largura não inferior a **10 metros**.

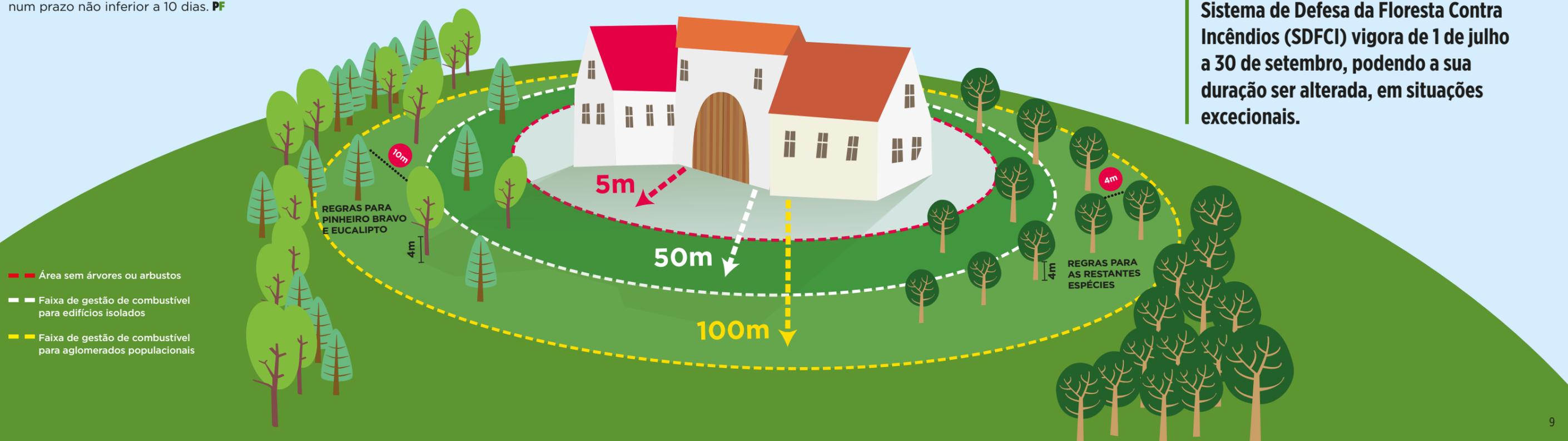
A mesma distância (10 m, para cada um dos lados) aplica-se na projeção das linhas de alta tensão que atravessam espaços florestais. Nas linhas de média tensão, a faixa de largura não pode ser inferior a **7 m** para cada um dos lados, enquanto na rede de transporte de gás natural (gasodutos) a lei determina **5 m** para cada um dos lados.

DISTÂNCIAS PARA COPAS E ARBUSTOS

O Decreto-Lei n.º 124/2006 determina os critérios nas Faixas de Gestão de Combustível, nomeadamente as distâncias a respeitar na vegetação presente na envolvente aos edifícios e aglomerados populacionais. Assim:

- As copas das árvores e dos arbustos têm de estar no mínimo a **5 metros** dos edifícios, admitindo-se exceções no caso de arvoredo de especial valor patrimonial ou paisagístico.
- A distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de **10 metros** no caso do pinheiro-bravo e do eucalipto, e no mínimo de **4 metros** no caso das outras espécies.
- As árvores (de qualquer espécie) têm de ser desramadas em 50% da sua altura até que atinjam os 8 metros, altura a partir da qual o tronco deve estar limpo de ramos no mínimo 4 metros acima do solo. Em árvores com altura inferior a 8 metros, a desramação no tronco acima do solo deve ser até metade da sua altura.
- A altura máxima do estrato arbustivo (arbustos) não pode exceder os **50 cm**.
- A altura máxima do estrato herbáceo subarbustivo (vegetação mais rasteira, sem caule lenhoso, como as ervas) não pode exceder os **20 cm**.
- No caso de arvoredo com especial valor patrimonial e paisagístico associado a infraestruturas da rede viária, este deve ser preservado numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas, acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 metros para cada lado.
- Para além destas determinações, deve ser criada, sempre que possível, uma faixa pavimentada de **1 a 2 metros** de largura, circundando todo o edifício.

O período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI) vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excepcionais.



EM DEFESA DA FLORESTA



A silvicultura no âmbito da defesa da floresta contra incêndios engloba o conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formações espontâneas, ao nível da espécie florestal e do mosaico, com o objetivo de diminuir a perigosidade de incêndio rural e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo. Estas passam pelo estabelecimento de espaços florestais que garantam a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis, a alternância de parcelas com diferente inflamabilidade e combustibilidade, bem como a constituição de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) nas redes primárias. Assim:

- A dimensão das parcelas pode variar entre **20 hectares e 50 hectares**, nos casos gerais, e entre 1 hectare e 20 hectares nas situações de maior perigosidade de incêndio.
- Nas ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal, os povoamentos com uma só espécie florestal não poderão ter uma superfície contínua superior a **50 hectares**.
- As Faixas de Gestão de Combustíveis nas redes primárias não podem ter largura inferior a **125 metros**, definindo compartimentos que, preferencialmente, devem possuir entre 500 ha e 10 000 ha.
- O planeamento, a instalação e a manutenção destas redes primárias de FGC (integradas nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios) devem ter em consideração a sua eficiência e a segurança dos operacionais no combate a incêndios de grande dimensão, mas também o valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos espaços rurais. **PF**

COIMAS ENTRE 140€ E 60 000€

As infrações à lei do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios preveem contraordenações puníveis com uma coima que pode variar entre 140 e 5 000 euros, para pessoas singulares, e entre 1 500 e 60 000 euros, para pessoas coletivas. Refira-se que a norma que impunha a duplicação dos valores das coimas por falta de limpeza da floresta (o Regime Excecional das Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível) foi anulada pelo Parlamento em novembro de 2020. Consoante a gravidade das contraordenações, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) pode determinar ainda sanções acessórias no âmbito de atividades e projetos florestais, tais como: privação do direito a subsídio ou outro benefício público e/ou suspensão de autorizações, licenças e alvarás, por uma duração máxima de dois anos.

As regras de manutenção das FGC não se aplicam às árvores de fruto. Já o eventual corte das árvores protegidas por legislação especial – sobreiros, azinheiras e azevinhos – precisa de autorização prévia das entidades competentes.

◀ Na floresta de produção, os povoamentos devem incluir parcelas até 50 hectares, separadas por faixas de descontinuidade

A queimada tem de ser acompanhada por um técnico credenciado em fogo controlado ou operacional de queima, ou, na sua ausência, de uma equipa de bombeiros ou de sapadores florestais.

RECOMENDAÇÕES ÚTEIS

Para além do obrigatório por lei, é aconselhável que se adotem determinadas práticas para reforçar a proteção de edifícios e habitações. A saber:

- Não acumular, junto aos edifícios, substâncias combustíveis (lenha, madeira, sobrantes de exploração florestal ou mato para cama de animais) nem substâncias altamente inflamáveis (gasóleo agrícola ou botijas de gás).
- Remover a vegetação mais inflamável (silvas, canas, sebes de cupressos, cercas feitas com caniço ou urze seca) num raio de 10 metros de casa.
- Remover ervas secas, folhas mortas, caruma e ramos que se acumulem no chão, nos telhados e nas caleiras ou algerozes.
- Colocar uma rede de retenção de fagulhas nas chaminés.
- Utilizar vidros duplos e temperados e proteger portas e janelas com persianas ou portadas.
- Incluir, no acesso à casa, uma zona que permita a inversão de marcha de veículos de grandes dimensões (de emergência).
- E estar preparado para reagir a um foco de incêndio: verificar se o sistema de rega funciona; ter extintores dentro de casa; ter pás, ancinhos e mangueiras em local acessível; certificar-se que todos sabem onde estes materiais se encontram.

REGRAS PARA QUEIMAS E QUEIMADAS

A realização de fogueiras ou queimas de matos cortados e amontoados nos espaços rurais (em áreas pequenas e restritas), incluindo exigências fitossanitárias de cumprimento obrigatório, estão sujeitas a autorização da autarquia local e



acompanhamento necessário para a sua realização, enquanto vigora o período crítico (verão) ou quando o índice de risco de incêndio seja de nível muito elevado ou máximo. Quando estas ocorrem fora do período crítico ou de maior risco, estão apenas sujeitas a comunicação prévia à autarquia local. Como o uso do fogo representa riscos, os proprietários florestais devem procurar soluções alternativas à queima de resíduos vegetais, como a sua trituração ou incorporação para melhoramento do solo, aproveitamento para biomassa, compostagem ou produção energética.

Autorização e acompanhamento técnico

Já a realização de queimadas (eliminação de restolho, sobrantes de exploração agrícola e florestal cortados e espalhados por uma área mais extensa) só é permitida após autorização do município ou da freguesia, tendo em conta a proposta de realização da operação, o enquadramento meteorológico e operacional, bem como a data e local onde a mesma é proposta. A queimada tem de ser acompanhada por um técnico credenciado em fogo controlado ou operacional de queima, ou, na sua ausência, de uma equipa de bombeiros ou de sapadores florestais. No caso de ser conduzida por um técnico credenciado é apenas exigida a comunicação prévia (por via telefónica ou correio eletrónico) à autarquia local. Tome nota que a realização de queimas e queimadas sem autorização e sem acompanhamento técnico pode ser considerada uso de fogo intencional.

GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

COMO MUDAR A PAISAGEM PODE INCENTIVAR A LIMPEZA

A substituição de espécies junto a casas e aglomerados é a solução da Novafloresta para a gestão de combustíveis que realiza na zona de Oleiros. Além de salvaguardar as pessoas, os seus bens e a floresta, torna a manutenção mais simples e barata.

Pedro Capela não tem mãos a medir nos meses de março e abril, tantos são os contactos que a Novafloresta recebe para serviços de limpeza de faixas de gestão de combustíveis na região de Oleiros. A empresa, que é do seu pai, Manuel Farinha Custódio, opera em tudo o que é silvicultura (exceto no corte da madeira), desde mobilizações e preparações de terrenos, até à instalação de povoamentos, plantações, adubações, seleções de toijas, manutenção de faixas de gestão de combustíveis, mas também recuperação de solos, de linhas de água e de galerias ripícolas. “Depois de 2017 faz-se muito mais trabalho de limpeza florestal à volta das casas, dos aglomerados, porque as pessoas tomaram mais consciência de que os fogos estão mais perigosos. Até os municípios, que já tinham a obrigação de fazer as faixas de rede secundária, passaram a fazer o triplo nas ações de

manutenção destas áreas”, afirma Pedro Capela à “Produtores Florestais”, reconhecendo que as pessoas estão mais sensibilizadas para a importância de manter as suas propriedades limpas de matos.

Diminuir custos anuais

A gestão de combustíveis consiste em retirar o máximo de matéria vegetal (que alimenta o fogo) de um determinado sítio – numa faixa à beira de uma estrada ou junto a casas – para, desta forma, reduzir ou anular a combustão, que pode resultar em incêndios devastadores. “O objetivo desta gestão é barrar o fogo para as nossas casas, propriedades e floresta”, sublinha o gestor da Novafloresta. As operações nas faixas de combustíveis passam pelo destroçamento dos matos, que podem ser incorporados no terreno ou retirados para aproveitamento de biomassa para produção de

energia ou para fábricas de pellets, e pela redução do número de árvores ao abrigo da legislação [ver págs. 8-9]. Mas em Oleiros, a Novafloresta desenvolve uma nova estratégia que, cumprindo as imposições legais, tem permitido “emendar” os defeitos da lei. “A melhor solução é a substituição de espécies. O ideal não é tirar a paisagem, mas sim transformar a paisagem, com a plantação de medronheiros, sobreiros, castanheiros, oliveiras”, afirma Pedro Capela. E explica: “Nestas faixas, um pinhal em bastio, com 15/20 anos ou adulto, tem de ter as árvores à distância de 10 metros e, estas, mais isoladas, vão cair com o vento. Além disso, com menos árvores, mais luz entrará no solo, o que fará desenvolver ainda mais os matos e as silvas. As pessoas vão ter de andar sempre a limpar, com os custos que isso acarreta.” Numa plantação devidamente alinhada, estas

EMPRESA COM MAIS DE 40 ANOS DE ATIVIDADE SILVÍCOLA

Manuel Farinha Custódio abriu atividade na floresta quando nasceu o filho Pedro, há 41 anos, e desde 1998 que lidera a Novafloresta, empresa que começou com quatro pessoas e hoje conta 19 colaboradores. “Fazemos tudo em silvicultura, exceto o corte de madeira”, diz. Os primeiros meses do ano são especialmente movimentados no que respeita ao trabalho florestal, com preparações de terreno, plantações, adubações e as limpezas, que devem ser feitas antes da época de risco de incêndio. Com a atividade limitada a partir de julho, por vezes até mais cedo, conforme as condições climáticas, as empresas que operam na floresta veem restringida a sua ação, devido à proibição de circulação de máquinas a combustão interna ou externa. “É pessoal parado e temos de suportar os custos com estes trabalhadores”, sublinha Pedro Capela, sugerindo uma solução: “Como conhecemos bem a floresta, podíamos assegurar a vigilância pública nos dias de alerta, e o Estado, através da Proteção Civil, podia assegurar o pagamento desses dias.”

◀ Pedro Capela e Manuel Farinha Custódio são os responsáveis da Novafloresta, empresa de Oleiros que atua na área da silvicultura



▲ 40 anos separam estas duas fotos. A primeira máquina da empresa para fazer aceiros deu lugar a uma moderna niveladora que abre facilmente estradas florestais

“Ninguém quer ter um terreno que só representa um custo. Limpar só por limpar é desmotivador para as pessoas, mas se houver uma espécie que produz algum rendimento já vão cuidá-la”, afirma Pedro Capela.

faixas são muito mais fáceis de mecanizar. “A manutenção futura torna-se mais simples e barata. E a nova paisagem representa um rendimento para o proprietário, como é o caso do medronheiro, fruto que serve para fazer aguardente e destilados de medronho”, acrescenta o engenheiro florestal. “Todos os anos o proprietário vai gastar 300, 400 ou 500 euros só para limpar a faixa de pinhal que ficou junto às casas, e ninguém quer ter um terreno que só representa um custo. Limpar só por limpar é desmotivador para as pessoas, mas se houver uma espécie que produz algum rendimento já vão cuidá-la.”

Medronheiro, eucalipto e pinho

Em Vale de Ouzanda, a Novafloresta instalou uma área de medronheiro, junto do aglomerado de casas, que parou um dos incêndios que assolou a zona de Oleiros, no último verão. “Há três anos limpámos esta faixa, destroçámos e retirámos os cepos de pinho e eucalipto, gradámos, ripámos e fizemos esta plantação de medronheiros. A espécie está adaptada a esta região, comporta-se um bocado como corta-fogo e é uma forma de criar uma paisagem arbustiva junto das habitações”, acrescenta Pedro Capela.

O medronheiro é uma das espécies que Pedro e o pai, também produtores florestais, têm plantado nos seus terrenos, ao lado de eucalipto e pinho. “Planto medronheiro, sou adepto do pinho bravo, mas preciso de plantar algo que dê mais rendimento, como é o caso do eucalipto”, prossegue, dando o exemplo das áreas florestais geridas pela indústria do papel e os programas que a CELPA tem promovido, nomeadamente o Limpa e Aduba e o Replantar. “A indústria envolveu-se na proteção da floresta e está a fazer um trabalho notório. Temos de ser profissionais e adotar os mesmos processos, à devida escala. Só assim podemos mudar o paradigma da nossa floresta”, destaca Pedro Capela, defendendo a criação de um estatuto para o silvicultor que vive da floresta. **PF**



▲ Equipas de operadores da Novafloresta estão, desde o início do ano, em ações de limpeza de matos em pleno pinhal. A colaboração com as autarquias manifesta-se sobretudo na manutenção das faixas de gestão de combustíveis junto à rede viária (à direita)



MECANIZAR PARA REDUZIR CUSTOS

Com o interior desertificado e a dificuldade de encontrar mão-de-obra para a limpeza de combustíveis, a solução passa pela mecanização de processos, nomeadamente a gradagem. É o que defendem os responsáveis da Novafloresta. “As capinadeiras/destroçadores destroçam e trituram os matos, e são boas, mas por vezes é preciso capinar duas, três vezes. Já com uma grade, que arranca as raízes e corta o terreno, incorporando-as, só passamos uma vez. Assim, também ganha o ambiente, pois gasta-se menos combustível”, diz Manuel Custódio, enquanto Pedro Capela acrescenta que a correção de alguns declives nas faixas de rede secundária irá facilitar a limpeza de combustíveis junto às estradas.

FLORESTA SEGURA E MAIS PRODUTIVA

A gestão de combustíveis salvaguarda as pessoas, os bens e a floresta da ameaça dos incêndios. Dentro da floresta, a limpeza de matos não é apenas para a tornar mais segura – o fogo que atravessa um povoamento limpo não chega às copas das árvores –, mas também para a tornar mais produtiva e com valor económico. Sem a concorrência dos matos, que podem ser incorporados no solo, aumentando a matéria orgânica deste, as árvores crescem mais rápido. “Os incêndios são inevitáveis e estão cada vez maiores, por isso, quanto mais rápido produzirmos floresta, mais rendimento tiraremos desta”, afirma Pedro Capela.

◀ Em Vale de Ouzanda, uma faixa de combustível plantada com medronheiros parou um dos incêndios que ali chegou no último verão





FORMAÇÃO NO TRABALHO

CULTIVAR A SEGURANÇA NO TERRENO

O risco de acidentes está presente na atividade florestal. Os equipamentos evoluíram na proteção dos operadores, mas a segurança passa pela prevenção, com informação e adoção de comportamentos adequados. É aqui que entra o programa de formação *on the job* da Navigator.

Na sabedoria popular, o seguro morreu de velho, o que, aplicado à atividade florestal, é uma regra de ouro para a melhoria da segurança de todos e para evitar acidentes. O trabalho na floresta mexe com estruturas e cargas pesadas, que representam um risco relativamente elevado para quem opera diariamente com máquinas de toneladas, ou uma motosserra capaz de cortar o tronco de uma árvore em menos de um minuto. Ciente dos riscos que espreitam nas operações florestais, Pedro Pinto não descarta os aspetos com a segurança dos seus funcionários na Cortitrans – Sociedade de Madeiras e Transportes. “Somos PME Líder e PME Excelência, e uma empresa certificada pelo FSC® e pelo PEFC™ e, por isso, trabalhamos com rigor”, afirma o sócio-gerente, justificando a aposta que a empresa tem feito na formação dos seus colaboradores. “Empregamos diretamente 11 pessoas e juntamos alguns subempreiteiros, para um total de 20 operacionais em épocas sazonais. Temos uma equipa jovem, com média

de idades entre os 25 e os 45 anos, e investimos na sua formação, seja na exploração, seja na segurança, para continuarmos a crescer nesta atividade e deixar uma marca positiva na sociedade”, acrescenta.

Uma parceria para segurança de todos

Crucial neste processo de crescimento foi a ação de formação de segurança em contexto laboral que a The Navigator Company promoveu para os profissionais da Cortitrans, num intervalo das operações que realizavam em plena área florestal de pinho do ICNF, na região de Vagos. “São muito importantes estas parcerias entre indústria e fornecedores”, reconhece Pedro Pinto, pois, como empresa certificada, a Cortitrans cumpre um código de boas práticas, “quer na execução dos trabalhos, quer na forma como nos apresentamos aos nossos clientes”. As questões de segurança estão identificadas como uma das fragilidades do setor florestal, pelo que, na sequência da colaboração que mantém

com associações e grupos de certificação, a The Navigator Company desenvolveu um programa de formações *on the job*, de boas práticas na instalação e exploração florestal, que nos últimos quatro anos já contou mais de 60 sessões e 700 formandos. “Os cuidados com a segurança e boas práticas têm sido um dos requisitos da certificação e estes procedimentos têm sido considerados pelos auditores como pontos a melhorar. Ao criarmos este programa com os grupos de certificação, percorremos todos os parceiros e garantimos que todos têm acesso à mesma informação”, afirma Susana Morais, uma das formadoras da empresa papelreira para a área da segurança em contexto florestal.

Passar a mensagem com exemplos reais

Susana sabe do que fala e rapidamente cativa a atenção dos formandos com o conhecimento técnico e exemplos simples, como, por exemplo, pedir-lhes para exibirem a palma das mãos e verificar as marcas de uma eficaz ou incorreta utilização das luvas de proteção. ▶

◀ A Navigator criou um programa de formações em contexto laboral que já conta mais de 60 sessões e 700 formandos



▲ Pedro Pinto tem investido em equipamentos que proporcionam maior produtividade e melhores condições de segurança



▲ Luís Roxo alerta para os problemas que um acidente pode causar numa empresa florestal de pequena dimensão

As questões de segurança estão identificadas como uma das fragilidades do setor florestal, sendo, juntamente com as boas práticas na gestão florestal, um dos requisitos da certificação.

A REGRA DOS TRÊS PONTOS DE APOIO

O acesso à cabine, a subir e descer (aplicável a operadores de máquinas pesadas e também camionistas), deve ser feito utilizando sempre três pontos de apoio (duas mãos e um pé, ou uma mão e dois pés, de frente para a máquina) nos apoios específicos do veículo. E tome nota: não se deve saltar das máquinas, com risco de contrair lesões nos membros inferiores.



RENTABILIDADE DA EMPRESA PODE FICAR EM CAUSA

“Ações como esta são uma forma de alertar e motivar patrões e colaboradores para a importância da segurança”, afirma Luís Roxo, técnico da CERNA, empresa de consultoria que desenvolve a sua atividade na certificação florestal. “Para além dos prejuízos para a saúde e a vida dos colaboradores, um acidente traz problemas para a própria rentabilidade da empresa”, acrescenta o técnico, alertando para o modelo empresarial que caracteriza esta atividade em Portugal. “Um trabalhador acidentado pode ficar afastado da sua atividade profissional durante meses e não é fácil substituí-lo. O problema é ainda maior numa empresa de base familiar, com 3/4 funcionários, como as muitas que existem no nosso país. Magoa-se um motosserrista e toda a máquina pára”, refere Luís Roxo, sublinhando: “Uma empresa deste tipo está muito dependente da saúde dos seus colaboradores, e quando descarta os cuidados com a segurança pode comprometer a sua rentabilidade.” Os aspetos com a segurança são fundamentais nas operações florestais, também pelas coimas para quem não cumpre as regras e o risco de os seguros não cobrirem situações de ilegalidade ou de falta de cuidado dos segurados.

FORMAÇÃO NO TRABALHO

Na atividade de exploração florestal, os seus primeiros alertas vão para a sinalização dos trabalhos – “até uma folha de papel impressa com as palavras ‘PERIGO, trabalhos florestais em curso’, pregada em várias árvores, desperta a atenção das pessoas que circulam na área”, diz. A que se junta o uso de todos os equipamentos de proteção individual [ver caixa ao lado] e o cumprimento das distâncias de segurança. “Quem circula na floresta também é responsável por garantir a distância de quem está a trabalhar. O barulho de uma motosserra não deixa o operador ouvir ou perceber o que se passa à sua volta, até porque está com os auriculares”, sublinha a engenheira florestal.

Num ano 2020 atípico, a pandemia quase não perturbou o trabalho na floresta, como reconhece Susana Morais. “Aqui não há teletrabalho”, acrescenta, com um sorriso, no final de mais uma formação no terreno, com a ajuda do colega Eduardo Mendes, do Instituto RAIZ. E, enquanto arruma o enorme dossier que a ajuda nas formações, diz acreditar que estas mensagens ajudam quem trabalha na floresta: “O risco de se perder uma vida justifica todo o esforço que estamos aqui a fazer.” **PF**

É PRECISO INVESTIR NO FUTURO DA FLORESTA

Pedro Pinto olha para a floresta com uma perspetiva de futuro, apesar de alguma desilusão pela ausência de uma política de investimento no espaço rural. No final de 2020, a Cortitrans efetuou o corte de um pinhal do ICNF, com mais de 100 hectares. Uma operação que visou retirar cepos e criar uma área de retenção para impedir a expansão do nemátodo do pinheiro. “O resto da área ardeu em 2017 e continua aqui ao abandono. Não houve uma política que contribuísse para um investimento nesta área”, critica o gestor florestal.

“Pela nossa parte, nos últimos anos temos investido em maquinaria nova, melhores condições de segurança para os nossos funcionários, mas sobretudo para que as coisas funcionem como deve ser nesta atividade. Isto é um setor muito difícil de trabalhar, por vezes com muito calor, outras vezes à chuva, mas temos crescido, criámos mais postos de trabalho em 2020 e garantimos ordenados acima da média, o que contribui para um ânimo diferente”, acrescenta. A Cortitrans tem 22 anos de existência e divide a sua atividade pelas fileiras do eucalipto (na época primavera-verão) e pinho (no resto do ano), tendo a faturação de 2020 crescido para 3,5 milhões de euros.



EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO DA CABEÇA AOS PÉS

De entre os profissionais que operam na floresta, é o motosserrista que corre mais riscos. Por isso, foi desenvolvido equipamento de proteção individual (EPI) que lhe permite trabalhar nas melhores condições de conforto e segurança. A saber:

CAPACETE

Para proteção da cabeça do impacto da queda de ramos, pinhas e outros materiais.

AURICULARES

Para proteção do aparelho auditivo, pois reduzem o nível de ruído produzido pela motosserra.

WISEIRA

Para proteção dos olhos e rosto da projeção de serrim, aparas e outros materiais.

CASACO OU COLETE REFLETOR

Vestuário de cor viva que permite ver e localizar facilmente o seu utilizador na floresta.

LUVAS

Para evitar ferimentos nas mãos. Em conjunto com os dispositivos antivibratórios da motosserra previnem lesões futuras decorrentes da vibração desta máquina de corte, nomeadamente a doença de Raynaud, mais conhecida pela “doença dos dedos brancos”.

CALÇAS ANTI-CORTE

Para proteção das pernas. São confeccionadas com um forro de várias camadas entrecruzadas de fibras sintéticas que bloqueiam a corrente da motosserra em caso de contacto accidental com os membros inferiores.

BOTAS

Com biqueira de aço, que protege a ponta do pé contra cortes e esmagamento, e sola antiderrapante para conferir uma adequada aderência ao solo.

DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA NA MOTOSSERRA



Qualquer motosserra no mercado está equipada com dispositivos de segurança que reduzem a probabilidade de acidentes. É essencial que esta seja utilizada exatamente como se comprou, sem alterações nos seus elementos de proteção.

1) BLOQUEADOR DO ACELERADOR

Bloqueia o comando do acelerador, prevenindo qualquer aceleração não intencional.

2) TRAVÃO DA CORRENTE E GUARDA-MÃO DIANTEIRO

Bloqueia a corrente em caso de ressalto da motosserra, ou intencionalmente quando se pretende bloqueá-la. Este funciona também como protetor da mão esquerda.

3) GUARDA-MÃO TRASEIRO

Elemento que protege a mão direita.

4) CORRENTE DE SEGURANÇA

Suaviza o corte e reduz o efeito de ressalto da máquina.

5) DISPOSITIVOS ANTI-VIBRATÓRIOS

Absorvem e reduzem o efeito das vibrações produzidas pela motosserra.

6) RETENTOR DA CORRENTE

Serve para evitar o efeito de “chicote” retendo a corrente em caso de esta partir.

BAÍNHA – Invólucro de plástico rígido que protege a corrente e a lâmina durante o transporte. Também evita acidentes quando a motosserra é transportada junto ao operador.



◀ Susana Morais, da Navigator, e Eduardo Mendes, do RAIZ, são formadores nas áreas de exploração e instalação florestal, respetivamente

“É preciso ter em conta que a segurança no espaço florestal não se limita às pessoas que ali trabalham, mas também todos os que circulam nesse espaço”, realça Susana Morais.

bica (golpe) feita, pois está a colocar em perigo a segurança de terceiros. O primeiro golpe pode danificar a árvore e esta tombar pela ação do vento. O motosserrista precisa ter em conta a direção do vento, pois esta condiciona a direção de queda da árvore.

Quais são as situações mais perigosas?

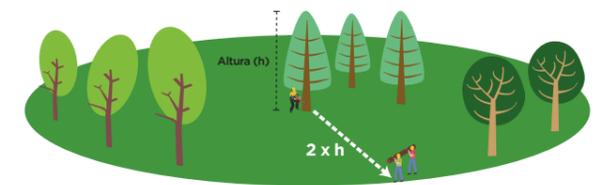
Uma das causas de acidentes, que por vezes leva a fatalidades, são as árvores enganchadas ou, como muitos operadores chamam, quermesses, cabanas ou gaiolas. Isto é, uma árvore que cai em cima de outras e fica suspensa, correndo o risco de partir outra ou deslizar na sua queda. Não conheço nenhum motosserrista que facilite neste tipo de situação. Uma árvore nesta situação não pode ser abandonada sem estar sinalizado o perigo na zona (com fita vermelha e branca ou amarela e preta). Uma árvore enganchada é tão perigosa numa mata como um poço que não está tapado. A solução pode passar por utilizar a máquina processadora ou o trator de rechega para a deitar abaixo, já que o operador está protegido dentro da cabine.

Que regras deve obedecer quem opera máquinas pesadas?

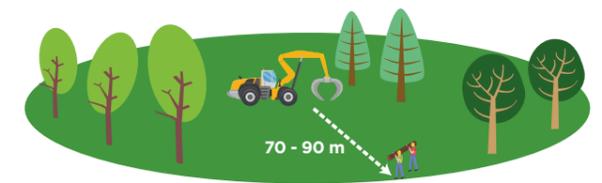
Primeiro se com portas fechadas. As máquinas operam-se com portas fechadas, de preferência com os vidros também fechados. É importante ter o cinto de segurança e não haver objetos à solta dentro da cabine, cortantes ou outros. Temos de perceber que estas máquinas operam na floresta, muitas vezes em declives, e podem virar-se. Além disso, é preciso um cuidado especial a subir e descer das máquinas. Essa é uma das situações de acidentes com mais baixas prolongadas na atividade florestal e para quem trabalha com máquinas pesadas, inclusive os motoristas, que sobem e descem da cabine dezenas de vezes durante um dia. É importante levar uma mochila ou um saco, para colocar o telemóvel, uma garrafa de água, etc., que possibilite ter as mãos livres e garantir que se cumpre a regra dos três apoios. Isto é, subir e descer com os dois pés e uma mão, ou as duas mãos e um pé, sempre apoiados. **PF**

DISTÂNCIAS DE SEGURANÇA

A primeira regra de segurança na exploração florestal está no cumprimento das distâncias que não comprometem riscos decorrentes da queda de uma árvore ou na manobrabilidade de máquinas pesadas. Para além da proteção das pessoas, também é importante, antes de qualquer operação de corte, avaliar as infraestruturas existentes no espaço de intervenção, como linhas elétricas, caminhos e estradas, casas, etc.



NO CORTE MANUAL – A distância para um motosserrista durante o corte em pé deve ser o dobro da altura da árvore a ser cortada.



NO CORTE MECANIZADO – As máquinas que utilizam gruas têm indicado o perímetro de segurança que deve ser respeitado, normalmente 70-90 metros.



NA RECHEGA (carregamento da madeira) – À exceção do operador, os outros trabalhadores devem estar à distância de 25 metros do *forwarder*. No caso de se tratar de um trator agrícola adaptado, o perímetro de segurança é o dobro do comprimento da lança da grua (cerca de 20 metros).

SUSANA MORAIS ALERTA PARA OS RISCOS NOS TRABALHOS FLORESTAIS

“ESTAMOS A FALAR DA VIDA DAS PESSOAS”

Há dez anos não víamos ninguém de colete na floresta, nem operadores equipados com calças anti-corte e botas de proteção. Hoje já não é assim. Começamos a ver uma cultura de segurança e de adoção de boas práticas.” Susana Morais é formadora para a área de segurança no programa que a The Navigator Company desenvolve em parceria com os grupos de Certificação Florestal e Certificação de Cadeia de Custódia. A engenheira florestal abraça esta missão há quatro anos e congratula-se pelo entusiasmo e a receptividade dos operacionais que participam nestas ações de formação.

Qual a importância das práticas de segurança na atividade florestal?

A segurança e as boas práticas florestais são essenciais. Em Portugal existe um histórico muito grande de acidentes na floresta e temos de evitar que eles aconteçam. Quando alertamos para as questões de segurança na atividade florestal estamos a falar da vida das pessoas e de aspetos que podem comprometer

uma atividade que é importante. É preciso ter em conta que a segurança no espaço florestal não se limita às pessoas que ali trabalham, mas também todos os que circulam nesse espaço. A sinalização é obrigatória sempre que há trabalhos em curso.

Que comportamentos devem ser adotados na proteção de todos?

A primeira regra a cumprir tem a ver com as distâncias de segurança, entre operacionais e para quem circula ou interage no espaço florestal. Na floresta não é possível trabalharem todos juntos e têm de ser asseguradas distâncias de segurança, mesmo em propriedades pequenas. Temos de ter em consideração que uma árvore pode ter 20 metros e se acerta em alguém, quando cai ao chão, a coisa não corre bem. Já o motosserrista, quando está a fazer o corte, tem de garantir um caminho de fuga lateral à direção de queda da árvore, pois se se desviar na direção oposta pode apanhar com o coice, o ressalto da árvore. E não pode abandonar a árvore com a

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO BAIXO VOUGA

SOLUÇÕES INOVADORAS NASCIDAS NA FLORESTA

Cansados da ineficácia do poder central, os produtores florestais da região de Aveiro juntaram-se e, no terreno, encontram fórmulas adequadas para os seus problemas. Uma delas foi “adaptada” para o Orçamento de Estado.

▲ A iniciativa das áreas florestais agrupadas visa responder às necessidades dos pequenos produtores florestais

Em duas décadas de vida, a Associação Florestal do Baixo Vouga (AFBV) acostumou-se a arranjar as suas próprias soluções para vencer as dificuldades que os produtores florestais enfrentam no dia-a-dia, sobretudo quando são pequenos proprietários, como a maioria dos seus associados.

“Se não fossem as autarquias e as indústrias, que ainda vão olhando para os produtores, estaríamos entregues à nossa sorte”, reconhece o presidente, António Guimarães, queixando-se da falta de atenção do poder central. “Basta olhar para o território para ver que o Estado se demitiu da floresta, esquecendo-nos no planeamento e gestão da paisagem e não reconhecendo o associativismo nem o serviço público que este presta”, lamenta.

Já foi por isso que, em julho de 1999, António Guimarães respondeu ao desafio de Luís Sarabando para dar corpo à AFBV e modelar o curso da história da gestão florestal na região de Aveiro, com soluções inovadoras “criadas de baixo para cima”, recusando ficar à mercê de “decisões tomadas à secretária, influenciadas principalmente pela sociedade urbana que tem acesso à comunicação social. Como só 20 por cento das pessoas vivem no mundo rural, as necessidades destas passam ao lado”, constata Luís Sarabando, coordenador da AFBV.

Da iniciativa da AFBV, dinamizada atualmente por estes dois engenheiros profundamente conhecedores

das necessidades dos pequenos produtores, nasceram soluções como as áreas florestais agrupadas, que surgiram, no Orçamento de Estado 2020, como ‘áreas florestais agregadas’. “É consequência do nosso trabalho. Após 20 anos de trabalho no terreno, estamos convictos de que só há um caminho para a floresta de minifúndio: unir as pessoas para a gestão conjunta das suas parcelas”, afirma Luís Sarabando. A experiência das áreas florestais agrupadas permite concluir sobre as vantagens ao nível da produtividade e eficiência económica na gestão, bem como na redução do risco de incêndio.

Resolver problemas

No entanto, “faltam ferramentas jurídicas, administrativas e financeiras para evoluir”, insiste o coordenador da AFBV. “Entendemos que não se tem atendido ao ordenamento e gestão da floresta, bastando comparar o que o país investe anualmente no combate aos incêndios (350 milhões de euros para gerir o risco de incêndios) com o que investe em gestão florestal”, complementa António Guimarães. Em sintonia, Luís Sarabando tem consciência de que “os problemas da floresta não se resolvem dentro da floresta”. Antiga, a convicção foi confirmada pelos fracos resultados das sucessivas tentativas de reforma no setor florestal, que resultaram quase sempre em medidas desadequadas, “impostas de cima para baixo”, incapazes de mobilizar os proprietários e

“Se não fossem as autarquias e as indústrias, que ainda vão olhando para os produtores, estaríamos entregues à nossa sorte”, reconhece o presidente António Guimarães.

marginalizando a floresta de vocação produtiva. “Só com economia é possível implementar modelos sustentáveis e a sociedade tem de reconhecer o esforço dos produtores florestais”, defende Luís Sarabando, e “é no terreno que os milhões, que o senhor ministro do Ambiente anunciou, devem ser aplicados”, incluindo “remunerar as associações florestais pelo serviço público que prestam, através de contratos-programa, por objetivos”, acrescenta António Guimarães.

Tudo começa nas pessoas

Desde a primeira hora, a AFBV percebeu que não bastava prestar apoio técnico aos seus associados ou ajudá-los a prevenir e combater os incêndios para cumprir a sua missão. Pouco depois de formalizada a Associação, em 1999, já estava a coorganizar a primeira edição da Expo Florestal, em 2002. Onze edições volvidas, a maior feira do setor na Península Ibérica atinge um público vasto durante três dias: o primeiro dedicado às crianças, o segundo aos profissionais e o terceiro às famílias e comunidade em geral. “As políticas florestais são fortemente influenciadas pela opinião pública e, por isso, o setor tem de conseguir comunicar o seu valor às várias camadas da sociedade”, refere Luís Sarabando. A Associação conta atualmente com 1 430 associados, metade deles produtores florestais certificados que já agregam uma área de 7 500 hectares, os quais dispõem dos serviços de três equipas de sapadores e a assessoria de sete engenheiros silvícolas. Numa região vocacionada para a floresta de produção, “o apoio do centro de investigação e desenvolvimento RAIZ tem sido importantíssimo para melhorar as boas práticas e a produtividade (incrementada em 60% no eucaliptal certificado), seja através de plantas clonais, do acompanhamento de pragas e doenças e da partilha de conhecimento técnico”, acrescenta António Guimarães. A AFBV tem conseguido demonstrar que com trabalho em rede, realizado em proximidade e com os proprietários, é possível “criar mais e melhor floresta, salvaguardando os interesses dos seus proprietários em paralelo com os interesses mais ambientalistas da sociedade atual”, remata Luís Sarabando, apontando o caminho a percorrer: “Estude-se a fundo o que é preciso fazer nas várias regiões do país para melhorar os diferentes tipos de floresta e aproveitemos bem o dinheiro do novo Quadro Comunitário, pois tudo o que foi feito até hoje foi pouco estruturante”. **PF**



▲ Luís Sarabando e António Guimarães são os principais rostos da AFBV



ASSOCIADOS: 1 430

ÁREA FLORESTAL ABRANGIDA: Cerca de 20 mil hectares (sobretudo eucalipto e pinheiro-bravo)

CONCELHOS (área de influência):

Albergaria-a-Velha, Águeda, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos (todos no distrito de Aveiro)

CONTACTOS:

Site: www.afbaixovouga.pt

Facebook: www.facebook.com/Associação-Florestal-do-Baixo-Vouga-255899744570109

Telefone: 234 524 056

E-mail: geral@afbaixovouga.pt

▼ Empenhada na gestão florestal na região de Aveiro, a Associação tem procurado criar soluções de “baixo para cima”



A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS DE SACHA E DE AMONTOA

Os cuidados a ter no primeiro ano de uma nova plantação são determinantes para o seu pleno desenvolvimento. Nos meses após a instalação, é importante fazer o controlo da vegetação espontânea e “calçar” melhor a planta.

A sacha é uma técnica de controlo da vegetação espontânea, específica para limpar as ervas anuais em redor dos eucaliptos, quando estes ainda estão numa fase jovem (durante o primeiro ano de idade). O objetivo é diminuir a competição das ervas com o eucalipto pelos recursos naturais, como a luz, os nutrientes e a água. A sacha é especialmente útil quando outras técnicas, como a utilização de equipamentos moto-manuais ou aplicação de herbicidas, são difíceis de aplicar, pois a proximidade destas operações à planta aumenta o risco de danificá-la.

Esta técnica de controlo vegetativo é utilizada principalmente em regiões muito chuvosas, especialmente no norte e litoral do país, onde a vegetação se desenvolve de forma mais rápida.

COMO REALIZAR A SACHA

1.

Cortar a vegetação à volta da planta num raio de cerca de 50 cm, utilizando uma enxada ou outro equipamento similar.

2.

Esta operação pode ser combinada com outras técnicas de controlo de infestantes, caso exista muita vegetação ao longo da linha de plantação.

A sacha e a amontoa são técnicas que podem ser realizadas individualmente ou de forma combinada, em operação manual ou mecânica, neste último caso com soluções adaptadas a alfaias.

Queremos ajudar a esclarecer as suas dúvidas. Pode enviar a suas questões para o e-mail: revista@produtoresflorestais.pt

Veja mais em: www.produtoresflorestais.pt

A amontoa, como o próprio verbo (amontoar) sugere, é a técnica de colocar terra junto à base das plantas para as aconchegar, ou, como normalmente se designa, para “calçar” melhor as plantas.

Esta operação é utilizada em situações pontuais na gestão dos eucaliptais, como por exemplo:

- Para apoiar melhor as plantas quando tal não ocorre na plantação e, assim, diminuir a curvatura na base das plantas e/ou evitar o seu tombamento;
- Para evitar o tombamento das plantas, que pode ocorrer em regiões tipicamente ventosas;
- Para diminuir a acumulação de água junto às raízes em zonas do terreno que apresentam muita água. O excesso de água pode levar à morte das plantas. **PF**

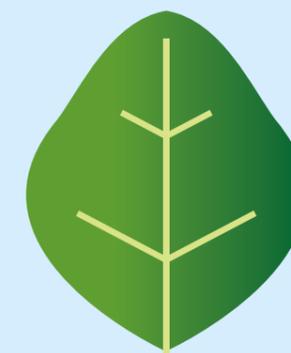
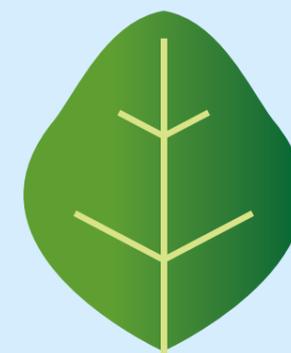
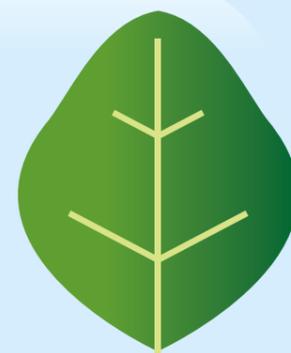
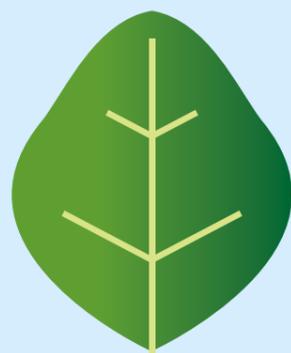
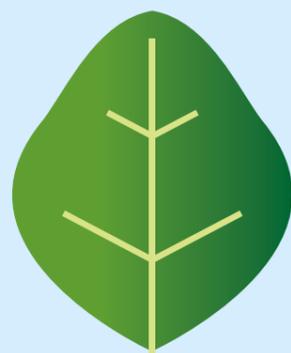
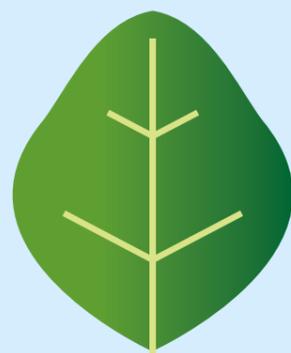
COMO REALIZAR A AMONTOA

1.

Se a operação for manual: cobrir a parte basal da planta até 20 cm em círculo em redor da planta, formando um cone. Aconchegar a terra à base da planta.

2.

Se a operação for mecânica (por exemplo, com uma grade de discos em “V”): efetuar o comoro ou camalhão ao longo da linha de plantação, de ambos os lados da planta.





ENTREVISTA A HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS

“PRECISAMOS DE TER UMA MELHOR GESTÃO DO FOGO”

Arquiteto paisagista considera imperioso reduzir o risco do investimento associado ao fogo e sugere o fogo controlado, a expansão do pastoreio e a produção florestal industrial como mecanismos mais sustentáveis de gestão de combustíveis “do que andar a pagar a pessoas para cortar mato”.

Especialista em conservação da natureza, o arquiteto paisagista Henrique Pereira dos Santos entende que grande parte do país não tem vocação florestal porque o custo de gestão é maior do que o rendimento e o risco de fogo associado é elevadíssimo. O autor de “Portugal: Paisagem rural” (2017) afirma que “temos fogo a mais nas alturas erradas e nos sítios errados” e defende compensações para os produtores florestais pelos serviços dos ecossistemas não remuneráveis no mercado, “em vez de andarmos a responsabilizá-los e a obrigá-los a perder rendimento”.

É possível fazer conservação da natureza e, em concreto, da floresta, prescindindo do apoio dos grandes produtores florestais?

É. E é feita em muitos sítios. Difícil é fazê-la sem recursos. O apoio pode vir dos grandes produtores florestais, dos consumidores, dos doadores ou dos contribuintes. Mas é preferível contar com os produtores florestais.

Tratando-se de um bem coletivo, a conservação da natureza não é uma das atribuições do Estado?

O Estado deve ter papel relevante no assegurar do bem comum que não resulta da livre interação das pessoas. A conservação da natureza, não sendo uma incumbência central do Estado, não é lucrativa, salvo exceções, como o Kruger Park (África do Sul). Por isso, ou a sociedade se organiza, como acontece com a Natuurmonumenten (Países Baixos) e o National Trust (Reino Unido), ou o Estado intervém.

E como podem os Governos intervir na gestão dos ecossistemas sem pagarem a fatura nas eleições?

Na prática, em Portugal, o que está em causa é desviar verbas da Política Agrícola Comum (PAC) da agricultura para a floresta...

Sou contra a intervenção nos mercados, salvo em situações restritas. Os dinheiros da PAC não deviam servir para pagar a produção. Não faz sentido estarmos a condenar produtores agrícolas e florestais do Terceiro Mundo a uma pobreza maior porque financiamos os europeus. A PAC devia pagar os serviços que não são apreensíveis pelo mercado, como a biodiversidade, a regeneração do solo ou a gestão climática, nas componentes que são uma falha do mercado, como acontece com os fogos. A PAC devia estar orientada sobretudo para o pagamento dos serviços dos ecossistemas, sejam eles produzidos por produtores agrícolas, pelos produtores florestais ou outros. Não é desviar dinheiro da agricultura para a floresta. É reorientar o dinheiro dos contribuintes para aquilo que os consumidores não pagam.

Deixar de pagar para plantar, privilegiando agora a gestão, foi uma boa opção do Governo?

Claro que sim. Não temos falta de floresta em



Portugal. Provavelmente até temos floresta a mais, incluindo uma área excessiva com falta de gestão. Se a plantação não vai ter gestão associada, vai arder.

A floresta portuguesa também tem conquistado terrenos agrícolas, como constatou um recente estudo europeu?

O termo “conquistar” traduziria a ideia de invasão nos terrenos agrícolas. O processo é o inverso: a floresta ficou com o que os outros não queriam. Não é uma conquista, mas sim uma herança. E tenho algum prurido em falar de área florestal, porque estamos a incluir matos, pastagens naturais e não, necessariamente, povoamentos florestais. Temos perdido povoamentos florestais, sobretudo de pinheiro. Tem havido expansão moderada de eucalipto e muito moderada de sobreiro.

Foi o retorno económico que levou à expansão do eucalipto na segunda metade do século XX?

A expansão foi bastante acentuada nos anos 80 e, daí para cá, tem sido moderada.

Também por restrições legais...

Não estou convencido disso. Não são determinantes. Como o Estado não fiscaliza, o efeito da legislação é reduzido. Além disso, parte da expansão não tem interação com a lei, ou porque são coisas muito pequenas ou porque vão acontecendo. Se me arder um pinhal, vou introduzindo uns eucaliptos, porque sempre me dá alguma coisa antes do próximo fogo. O único efeito das restrições regulamentares é a ▶

“Não temos falta de floresta em Portugal. Provavelmente até temos floresta a mais, incluindo uma área excessiva com falta de gestão. Se a plantação não vai ter gestão associada, vai arder.”

“O único efeito das restrições regulamentares é a diminuição da qualidade de gestão. Só ligam à lei os que estão certificados. As restrições não cortam a expansão do eucalipto; dão mais oportunidades à pior gestão.”

diminuição da qualidade de gestão. Só ligam à lei os que estão certificados. As restrições não cortam a expansão do eucalipto; dão mais oportunidades à pior gestão. O eucalipto não se expande mais por razões edafoclimáticas. Já não há muita área para expandir com boas produtividades. O eucalipto tem uma boa adaptação ao fogo. Nós temos um padrão de fogo à volta dos 12-15 anos e o eucalipto dá para fazer um corte entre os 9 e os 12. Ou seja, dá para fazer um corte entre dois fogos. O que significa que, investindo zero em gestão, é possível ter algum lucro. Ao contrário do pinheiro, o seu grande competidor natural, o eucalipto é compatível com algum rendimento, com o regime de fogo que temos. Um pinhal ardido obriga ao corte imediato e isso deixa os produtores nas mãos dos compradores. Isso não acontece com os eucaliptos. Por isso, diga o que disser a legislação, o eucalipto vai continuar a expandir-se. Não à velocidade dos anos 80, quando houve política deliberada de expansão, mas vai, pois, para o pequeno proprietário, não há razão para isso não acontecer.

Apesar da sua diversidade, diz-se que o potencial da floresta nacional está longe de ser aproveitado. Onde estão as melhores oportunidades?

Há menos potencial do que aquilo que se diz, mas há tantos a dizer isso que, provavelmente, sou eu que estou errado. Desvaloriza-se o custo da gestão

“Em vez de andarmos a responsabilizar os produtores florestais e obrigá-los a perder rendimento, temos de lhes pagar os serviços que não lhes pagamos, que são os serviços de ecossistemas não remuneráveis no mercado.”

florestal. Tenho discutido isto com pessoas ligadas à gestão do eucalipto e eles dizem que é preciso investir na gestão, porque vai dar resultado. Eu argumento que o modelo de exploração florestal das celuloses, que é rentável, não é aplicável a todo o território nacional. É muito mecanizado e tem oposição social. Grande parte do país não tem vocação florestal nenhuma, no sentido em que o custo de gestão é maior do que o rendimento. E o risco de fogo associado é elevadíssimo.

A floresta de produção é incontornável na viabilização económica de largas partes do território?

Não tenho dúvidas sobre isso. O fator-chave é a gestão do fogo. Temos de reduzir o risco do investimento associado ao fogo. Se temos o padrão de fogo que temos, a orientação devia ser ter uma melhor gestão do fogo. Não é eliminar o fogo.

Tem defendido que o fogo é um elemento natural com o qual temos de conviver. De que forma?

Vou passar a dizer que é um “processo natural”. Tenho utilizado “elemento” por referência aos quatro elementos clássicos gregos (terra, água, ar e energia/fogo). Mas, verdadeiramente, o fogo é um processo e está nos ecossistemas. Em Portugal, temos fogo a menos. Temos é fogo a mais nas alturas erradas e nos sítios errados. Precisamos de mais fogo, nos sítios certos, nas alturas certas e das formas certas. Temos de encontrar mecanismos de gestão de combustíveis finos economicamente

sustentáveis. Contratar sapadores a mil euros por hectare arruína-nos a todos sem nenhum benefício social. Há mecanismos mais sustentáveis do ponto de vista económico e ambiental.

Um deles é o fogo controlado?

Um é o fogo controlado, outro é a expansão do pastoreio e outro é a produção florestal industrial. Qualquer um deles é mais sustentável do que andar a pagar a pessoas para cortar mato.

Em que consiste o fogo controlado? Há bons exemplos?

Por volta de 1973, [Edwin] Komarek andou no Parque da Peneda-Gerês a fazer fogo controlado, trazido pelo eng.º Moreira da Silva. Foi ele que levou João Bento e Francisco Rego a falarem no fogo controlado. Desde então, aumentou o número de pessoas qualificadas para o fazer e percebeu-se que, desde sempre, os pastores o fizeram. É preciso apoiá-los nessa atividade. Aliás, desde que não ponham em causa pessoas e bens, muitos dos fogos de primavera e outono, mesmo não controlados, não deveriam ser combatidos. Isso já começou a entrar na legislação e na política florestal portuguesa. O fogo controlado é, na prática, a aplicação do princípio de Paracelso, que diz que a diferença entre um remédio e um veneno é a dose. Este princípio geral da Química é aplicável ao fogo. O fogo controlado faz-se em determinadas condições meteorológicas para diminuir os combustíveis finos sem degradar o solo. Com humidade e vento adequados, não há destruição de

materia orgânica. Doseando as ignições, de cima para baixo e contra o vento, consegue-se um fogo lento e controlado. Ao contrário dos fogos de verão, que, a partir de certo nível de intensidade, não podem ser extintos. Podem lá pôr os aviões e as mangueiras que quiserem; arderá enquanto houver combustível.

Há espécies florestais adaptadas ao fogo?

Praticamente todas, nas nossas condições. Os zimbrós têm fraca adaptação e, por isso, os zimbrais, com alto valor de conservação e nenhum valor florestal, são sistemas que deviam ser especialmente protegidos. Aí, vale a pena fazer exclusão de fogo. De resto, quase toda a nossa vegetação está adaptada ao fogo, no sentido darwiniano, não no sentido produtivo. O que é normal, porque somos um grande produtor de fogos e sempre fomos. Até se especula que a cortiça é uma adaptação do sobreiro ao fogo. Há duas grandes famílias de adaptação ao fogo. Nos carvalhos e eucaliptos, a parte aérea morre, mas o indivíduo não e volta a rebentar. Os pinheiros, apesar de morrerem com o fogo, com 20 ou 30 anos deixam uma quantidade de sementes enorme, tal como as giestas.

Na sequência dos incêndios devastadores de 2017 foi criada a Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais. Que análise faz ao trabalho da AGIF?

Não sou capaz de fazer. Teria de estar a discutir o estado comatoso da nossa administração pública, um cenário ruinoso, no qual é pouco provável que haja bocadinhos que sejam excecionais. O nosso padrão de fogo é socialmente muito mau. Do ponto de vista da conservação, não há grande problema. Do ponto de vista produtivo, é mau para o setor florestal, mas para os outros também não é grande problema. O problema é social, por as pessoas não estarem disponíveis para aceitar este padrão de fogo, que lhes entra pela casa dentro, destrói infraestruturas, linhas elétricas. Se a sociedade não aceita isto, não é uma AGIF que vai resolver o problema. Em vez de andarmos a responsabilizar os produtores florestais e obrigá-los a perder rendimento, temos de lhes pagar os serviços que não lhes pagamos, que são os serviços de ecossistemas não remuneráveis no mercado.

O Estado obriga os proprietários a fazerem limpezas, mesmo quando a exploração do terreno não compensa...

É um erro de perceção de há bastantes anos e que se traduzia naquele slogan idiota “Portugal sem fogos depende de todos”. Não é verdade. Primeiro, porque Portugal sem fogos não existe. Segundo, porque não é pondo todos a limpar terrenos marginais que se resolve. As pessoas não são obrigadas a ir à ruína e a fazer gestão que não tem retorno. Ou fazem por altruísmo ou abandonam. Nenhum problema económico se resolve com regulamentação. Seria o mesmo que resolver o problema do emprego proibindo o despedimento. **PF**



SOLUÇÕES FEITAS À MEDIDA

Com mais de dois mil hectares intervencionados desde 2018 e com 200 proprietários a beneficiarem de acompanhamento, o Programa Premium, da Navigator, procura desenhar soluções para os problemas de cada exploração.



▲ Antes (em cima) e depois (em baixo). A intervenção em duas parcelas de eucaliptal, de dois e três hectares, transformou, em pouco mais de dois anos, a produtividade nos povoamentos florestais de Vítor Frias



A preparação do terreno para a plantação, a seleção das melhores plantas ou o controlo da vegetação estão entre os principais motivos que levam os proprietários a recorrer ao Programa Premium da The Navigator Company. Criado em 2018 pela área de Fomento da Produtividade e Certificação da empresa, em parceria com o Instituto RAIZ, este programa tem como objetivo principal dar resposta às dúvidas e aos problemas colocados pelos proprietários florestais.

“Já havia várias iniciativas de formação. Neste caso, não só o caminho é inverso, quando o produtor tem uma necessidade específica na sua propriedade e nos procura para colocar questões, como a solução apresentada responde a uma situação concreta, havendo também acompanhamento posterior. Por isso, verifica-se uma melhoria real”, explica José Luís Carvalho, coordenador do programa, resumindo: “O que fornecemos são soluções feitas à medida, que não têm a ver com um conhecimento abstrato.”

Depois do contacto do produtor, a equipa da Navigator desloca-se à exploração para avaliar a situação e identificar as alternativas para resolução do problema. A colaboração com o RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel permite que as equipas identifiquem pragas ou doenças e realizem testes como análises foliares (às folhas), que potenciam um melhor acompanhamento.

Programa aberto a proprietários de eucaliptal

Feito o diagnóstico, cabe ao proprietário decidir qual das alternativas a seguir e a execução da solução. “O que fazemos é disponibilizar as orientações técnicas daquilo que pode ser feito para dar resposta ao problema que nos foi colocado”, adianta Susana Morais, que é quem na Navigator tem acompanhado o programa no terreno. “Ao longo de seis meses, um ano, quando passamos na região telefonamos e fazemos uma visita”, diz, reconhecendo que o acompanhamento continuado é outra das chaves para o sucesso da iniciativa.

Este é um programa destinado especificamente ao eucaliptal e aberto a todos os proprietários, independentemente da dimensão da exploração ou de este estar ou não ligado a uma associação de produtores florestais ou grupo de certificação. Contudo, o coordenador do programa assume que a certificação ou a ligação a outra entidade acabam por funcionar como critérios preferenciais. “Damos preferência a produtores certificados e aos fornecedores de madeira da Navigator, mas estes ►

Programa Premium

PRODUTORES
FLORESTAIS

THE
NAVIGATOR
COMPANY



▲ José Luís Carvalho é o coordenador do programa criado em 2018 pela Navigator

“Damos preferência a produtores certificados e aos fornecedores de madeira da Navigator, mas estes não são fatores de exclusão”, refere José Luís Carvalho sobre este programa de assessoria.

COMO FAZER O PEDIDO DE APOIO

O Programa Premium fornece apoio técnico de forma gratuita e destina-se a plantações de eucalipto. Embora a certificação seja um critério preferencial, qualquer proprietário pode recorrer ao programa, bastando para isso enviar o seu pedido de apoio, sendo de seguida agendada a visita da equipa técnica. O proprietário recebe depois um relatório com a descrição do problema e possíveis soluções e indicações técnicas de gestão. A aplicação das soluções propostas é responsabilidade do proprietário, que continuará a beneficiar do apoio técnico do programa. Os interessados devem submeter o seu pedido pelo e-mail: premiumflorestal@thenavigatorcompany.com

“A melhor forma de atuar é encontrar empresas que nos deem apoio técnico na área em que são especialistas. Sozinho, eu saberia lá quais os clones a utilizar ou o tipo de fertilização”, admite Luís Mira da Silva.

não são fatores de exclusão. Além disso, ao dar este apoio tentamos que o proprietário esteja ligado a uma entidade regional, seja uma associação florestal, sejam os chamados grupos de gestão florestal, seja uma empresa. Tentamos que haja alguém técnico, na região, que possa ouvir as nossas recomendações para mais tarde ele próprio seguir o assunto, permitindo-nos chegar a mais proprietários”, afirma José Luís Carvalho. Com mais de dois mil hectares intervencionados e com cerca de 200 proprietários a ser acompanhados, a dimensão média das explorações abrangidas pelo programa ronda os 15 a 20 hectares. E, curiosamente, o ano de 2020 registou um aumento significativo de pedidos de apoio. “Já temos agendamentos com proprietários que solicitaram o nosso apoio, porque querem ver as suas propriedades diferentes quando ali se deslocarem nas férias”, remata Susana Morais. **PF**

▼ Luís Mira da Silva e o primo contaram com a ajuda da Navigator na reconversão de cerca de 500 hectares de eucalipto em fim de vida, na propriedade do Areeiro. O terreno possui agora uma plantação clonal de eucalipto com 110 ha e uma área de 370 ha para agricultura de regadio



“A preparação do terreno é muito importante. E o programa dá-nos uma ajuda a definir quais as melhores árvores, qual o adubo que se há de lá pôr... A Navigator tem sido uma boa ajuda”, afirma Vítor Frias.

PROPRIETÁRIOS CONFIRMAM EFICIÊNCIA E RESULTADOS

▲ Vítor Frias tem a colaboração dos filhos na gestão das propriedades florestais da família

Vítor Frias, residente em Alquerubim, Albergaria-a-Velha, foi um dos proprietários que beneficiou do programa. O produtor está familiarizado com os diferentes apoios às explorações florestais e, quando decidiu replantar alguns dos seus eucaliptais, não hesitou em recorrer ao Programa Premium da Navigator. “Já vai para dois anos que tenho tido o apoio do RAIZ e da Navigator, e os resultados têm sido muito bons”, afirma. Os eucaliptais para os quais pediu o apoio têm dois e três hectares, mas Vítor está ciente que, não importa a dimensão, boa parte do sucesso da exploração está no trabalho feito a montante. “A preparação do terreno é muito importante. E o programa dá-nos uma ajuda a definir quais as melhores árvores, qual o adubo que se há de lá pôr... Até agora tenho tido bons resultados. A Navigator tem sido uma boa ajuda”, afirma. Desde a submissão do pedido, à visita e à apresentação das possíveis soluções, o processo foi feito, nas palavras deste proprietário, de forma “eficiente”.

Reestruturação com especialistas

Mais a sul, na freguesia de Canha, no Montijo, Luís Mira da Silva e o primo, Bernardo Barahona, recorreram ao

programa Premium quando decidiram reestruturar a propriedade do Areeiro. “Quando, há cerca de dois anos e meio, eu e o meu primo assumimos a gestão da propriedade – que no total tem mil hectares –, a exploração tinha uma área substancial de montado de sobro com pinho e uma área de cerca de 500 hectares de eucalipto em fim de vida. A nossa opção foi converter 370 hectares para culturas de regadio e renovar o eucalipto no resto da área”, explica Luís Mira da Silva.

Foi para os 110 hectares de eucalipto novo que recorreram ao apoio técnico da Navigator. A primeira visita ao local foi feita em novembro de 2019, decorrendo a plantação em fevereiro e março de 2020. “A agricultura, nesta dimensão, é cada vez mais especializada e é impossível ser-se especialista em dez ou 15 áreas diferentes. Para mim, a melhor forma de atuar é arranjar empresas que nos deem apoio técnico na área em que são especialistas. Sozinho, eu saberia lá quais os clones a utilizar ou o tipo de fertilização que fizemos!”, admite Luís Mira da Silva, que destaca ainda o apoio técnico que tem recebido ao longo do ano, nomeadamente ao nível da fitossanidade da plantação. “É fundamental.” **PF**



MARIA JESUÍNA, VIVEIRISTA EM PEGÕES

“ESPIRRA FAZ PARTE DA MINHA VIDA”

A coordenadora florestal nos Viveiros Aliança começou a trabalhar na Herdade com 15 anos, onde fez quase tudo o que era trabalho agrícola. Nas últimas três décadas, dedicou-se à produção de plantas não-ornamentais, em especial eucalipto *globulus*.

Quase se pode dizer que Maria Jesuína conhece a Herdade de Espirra, em Pegões, como as palmas das suas mãos. Desde que ali começou a trabalhar, com 15 anos, a coordenadora florestal nos Viveiros Aliança nunca quis fazer outra coisa que não fosse trabalhar no campo. O gosto já era de família. O pai era escriturário na Herdade, mas cultivava algum terreno e, desde que saiu da escola, aos 11 anos, que Maria se habituara às tarefas agrícolas e ao gado. Quando chegou à Herdade, era uma de 60 jovens, “mão-de-obra para todo o serviço”, que fazia de tudo na então cooperativa, desde podar, descaldeirar (ou seja, nivelar o solo com enxada ao redor da cepa), plantar arroz, semear trigo, fazer searas, carregar os fardos. Passou muito tempo nas vinhas. Adorava pintar os sobreiros depois de retirada a cortiça e recorda com especial entusiasmo de “gaiata” a apanha de tomate à empreitada, porque “despachava o trabalho depressa e conseguia ir às duas da tarde para casa”. “Comecei sempre pelo trabalho mais baixo”, conta com orgulho, mas foi a cuidar das plantas que ganhou o gosto pela profissão de viveirista. Em 1998 assumiu o cargo de coordenadora da área florestal, para a produção de plantas não-ornamentais, quando outros saíram para procurar emprego nas fábricas que, entretanto, surgiram na região, porque “não queriam apanhar chuva”. “Eu prefiro trabalhar ao ar livre. É aqui que me sinto bem”, acrescenta, reconhecendo que o que lhe custa é ter de ir ao computador, quando precisa de confirmar encomendas ou escalas de pessoal. “Ando sempre suja e, geralmente, só vou vestir o fato oleado e as botas de borracha depois de já estar molhada”, admite.

Dias que não se repetem

Geralmente, Maria Jesuína entra na Herdade de Espirra por volta das 7h da manhã. Quando faltam dez minutos para as 9h, o telemóvel começa a dar-lhe os parabéns. “Atingi a meta dos 10 mil passos diários”, comenta, a rir. “Nunca estou parada, nem a fazer a mesma coisa muito tempo”, confessa. O trabalho de viveirista muda com as estações, as condições climáticas, as encomendas. É uma constante adaptação, e a verdade é que não há nada que não saiba fazer no processo. Por isso, é habitual vê-la a conduzir o trator, a empilhadora ou o rebocador, se alguém faltar. Se chove, por exemplo, não é possível aplicar nas plantas o fungicida. Mas se for dia disso, à tarde vai fazer a preparação do produto na máquina, porque gosta “de ter responsabilidade”, e depois entrega-o para ser aplicado com o trator, por quatro colaboradores. Com as primeiras chuvas, surge a azáfama das encomendas de plantas, sobretudo eucalipto *globulus*, a espécie florestal que assegura maior retorno financeiro aos produtores. É preciso fazer a triagem



O trabalho de viveirista muda com as estações, as condições climáticas, as encomendas. “Nunca estou parada, nem a fazer a mesma coisa muito tempo”, confessa Maria Jesuína.

das pequenas novas plantas que se encontram nos tabuleiros, mudá-las para paletes de transporte e carregá-las nos camiões. Num único dia, Maria pode coordenar o carregamento de 150 mil a 170 mil plantas. Depois, no início do ano, é tempo de começar a podar, limpar, adubar e espalhar herbicida nos pés-mães da produção clonal de eucalipto. O parque de Espirra tem cerca de 171 mil pés de eucalipto, em 3,7 hectares, divididos por cores, que correspondem a cada clone, uma planta melhorada e adaptada a diferentes condições de solo e clima.

Milhões de plantas

“De maio a setembro, chegam reforços para apanhar os rebentos, levá-los para a biofábrica e fazer a estacaria de novas plantas”, refere. Também é preciso manter as várias Casas de Sombra, que se espalham por 48 mil metros quadrados, sempre fechadas e com elevado grau de humidade. Lá dentro, cerca de 2,5 milhões de estacas precisam de ganhar raiz e força. Daqui, é preciso deslocar as plantas para o exterior, para provarem que conseguem sobreviver aos elementos. Claro que, no inverno, as mais pequenas, que não foram selecionadas para venda, têm de voltar a ser recolhidas, por causa da geada. Todo o cuidado é pouco para manter o ciclo da natureza. “Espirra faz parte da minha vida”, exclama Maria Jesuína, cujos dias de trabalho podem nunca ser iguais, mas aquilo que gosta de fazer nunca muda. Quando sai mais cedo dos viveiros ainda vai cuidar do jardim que tem em casa. Ali cresce uma palmeira, pinheiros, um carvalho, uma amoreira, loendros e inúmeros arbustos que comprou nos viveiros. Recentemente esteve a apanhar romãs e, depois, foi plantar 100 pés de couve na horta. Não lhe está no sangue descansar e, como que a desafiar a contagem de passos do telemóvel, duas vezes por semana ainda vai fazer caminhadas com as amigas. **PF**

GUIA PARA APLICAÇÃO DE HERBICIDAS NA FLORESTA DE PRODUÇÃO



JOSÉ RAFAEL
The Navigator Company

A vegetação arbustiva lenhosa (vulgarmente designada por matos) e as invasoras no subcoberto dos povoamentos florestais de eucalipto são duas das principais causas na propagação dos incêndios, provocando anualmente perdas económicas, ambientais e sociais incalculáveis. Para além disso, este material vegetativo compete com a árvore por água, luz e nutrientes, podendo originar quebras de produção na ordem de 10 a 20%, em média. Então, como controlar a vegetação infestante e de invasoras nos povoamentos florestais? A resposta está em técnicas menos impactantes no solo, como o destocamento, a trituração, a gradagem ligeira, ou a aplicação de herbicidas. Se as técnicas mecânicas são fáceis de usar e, por isso, tradicionalmente utilizadas,

O controlo da vegetação infestante e de espécies invasoras pode ser feito com recurso a herbicidas. Mas, para ser eficiente, a aplicação destes produtos deve seguir indicações precisas.

já em relação aos herbicidas, com aplicações menos usuais, é necessário atender a todas as indicações técnicas. Deste modo é garantida a eficiência dos herbicidas e o cumprimento da legislação em vigor, em particular com a utilização exclusiva dos produtos homologados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV/SIFITO).

Nota prévia: só é permitida a compra e a aplicação de herbicidas por quem tiver Cartão de Aplicador ou de Técnico Responsável, emitidos pela DGAV.

Herbicidas sistémicos homologados:

- Com 360 g/L de glifosato, de preferência sob a forma de sal de potássio. Dose máxima: 10 L/ha.
- Garlon, com 480 g/L de triclopir, para uso exclusivo nas silvas. Dose máxima: 3 L/ha.

Produtos e doses recomendadas (homologados pela DGAV):

- Para infestantes anuais (ervas): produtos à base de glifosato com 360 g/L, a 2% (colocar 2 litros de produto comercial para 100 litros de calda);
- Para matos e invasoras (acácias e háqueas): produtos à base de glifosato a 360 g/L, a 5% (colocar 5 litros de produto comercial para 100 litros de calda). (Exemplo: meio litro de produto em 10 L de calda);
- Para silvas: 300 ml de Garlon para 100 litros de calda.

Nota importante: aplicar nas ervas anuais antes da floração e nos matos e invasoras em estado herbáceo (de preferência com cerca de 20 a 50 centímetros de altura no mato e nas háqueas, e até dois metros de altura nas acácias). Quando estes tiverem uma dimensão superior, aconselha-se o seu corte prévio. Como aplicar: molhar bem a maioria das folhas da planta a controlar, sem provocar escorrência da calda.

Preparação da calda para aplicação de herbicidas:

- Colocar água limpa de impurezas no depósito do pulverizador até cerca de metade da quantidade de calda pretendida. A seguir, colocar o herbicida e encher com água. Aplicar a calda logo após a sua preparação;
- Em alternativa, pode efetuar-se a calda numa barrica, procedendo da mesma forma (colocar água até meio, a seguir colocar o herbicida e encher com água até à quantidade pretendida) e, logo a seguir, aplicar o produto.

Épocas de aplicação mais aconselhadas:

- Na fase de maior crescimento ativo das plantas: entre fevereiro e abril, no Sul do país e no Vale do Tejo; e durante a primavera, nas regiões do Centro e do Norte;



▲ Aspeto de uma mata produtiva com baixo risco de incêndio



▲ Equipamento de pulverização e EPI necessários nas operações de adubação



▲ Barra de pulverização e bicos anti-deriva recomendados

O manuseio destes produtos obriga a vários cuidados, inclusive após as operações. A embalagem vazia deve ser lavada três vezes, inutilizada e depois entregue no local de compra do produto.

- Quando a aplicação é feita no outono, esta deve ocorrer depois das primeiras chuvas.

Condições climáticas para esta operação:

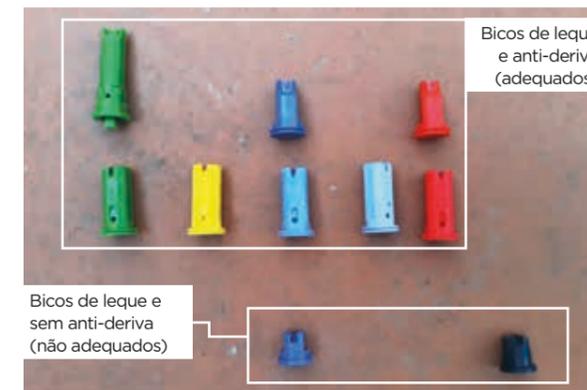
- Para os produtos à base de glifosato, aplicar em dias amenos e ensolarados (com a temperatura entre os 8°C e os 25°C), sem vento ou com vento fraco, e com as plantas não orvalhadas;
- No caso do Garlon, para as silvas, aplicar preferencialmente com tempo fresco, mas sem chuva,

EQUIPAMENTOS ACONSELHADOS

Para uma correta aplicação de herbicidas, aqui ficam alguns conselhos que devem ser seguidos relativamente aos equipamentos a utilizar.

Equipamento de aplicação:

- Pulverizador de costas, manual ou de bateria, com capacidade para 12-16 L;
 - Barra de pulverização com manete para controlo da saída da calda e bicos de aplicação;
 - Bicos de pulverização anti-deriva (reduzem a perda de produto e a contaminação da área e das plantas adjacentes).
- Equipamento de proteção individual (EPI) para preparação da calda e para a pulverização:
- Fato de proteção com capuz ou chapéu;
 - Luvas de nitrilo;
 - Botas impermeáveis;
 - Viseira ou óculos, e máscara.



▲ Exemplos de vários bicos com e sem anti-deriva

com a temperatura até 20°C, para reduzir os riscos de volatilização deste produto fitofármaco.

Cuidados a ter na preparação da calda, durante e no final da aplicação:

- Utilizar sempre os EPI e não comer, beber ou fumar durante estas operações. Depois das aplicações, lavar os equipamentos com água corrente e retirar os EPI. A seguir, deve lavar bem as mãos e a cara, com água e sabão;
- Preparar a calda a, pelo menos, 50 metros de distância de fontes ou cursos de água;
- Verificar o equipamento, de forma a evitar fugas de calda – fazer os “apertos” necessários;
- Não aplicar herbicidas a menos de 10 metros dos cursos de água e a menos de 30 metros de lagoas e albufeiras;
- A embalagem vazia deve ser lavada três vezes, inutilizada e depois entregue no local de compra do produto. **PF**

Nota: As informações contidas neste guia não dispensam a leitura atenta dos rótulos das embalagens.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO EUCALIPTAL

NOVOS CAMINHOS NO INTERIOR

A agrofloresta tem como objetivo reunir em consociação a produção florestal com outros tipos de produção agrícola. Em Portugal já há quem esteja a aplicar o princípio à produção de eucalipto, com resultados prometedores.

▲ Nas encostas da Quinta da Póvoa, a plantação de eucalipto ajudou a recuperar um solo com pH muito elevado

O avô de Miguel Vasconcelos Guisado foi pioneiro na cultura do eucalipto na região de Torres Vedras, ao plantar os primeiros eucaliptos na serra do Socorro. Quando o neto decidiu substituir eucaliptais com 60 anos, não hesitou em ser também pioneiro: um dos terrenos foi reconvertido em vinha de sequeiro e, nas encostas onde as tropas de Wellington vigiaram o invasor francês, nasceu um novo eucaliptal, mais sustentável. A inspiração para tudo isto surgiu de outros dos componentes da Quinta da Póvoa: os seculares pomares de pereiras. “Antigamente, alguns dos pomares tradicionais estavam no meio de vinhas e outros isolados, mas instalados de uma forma que pretendia a não mobilização vertical e algum pastoreio de animais. Técnicas que hoje são recuperadas”, explica à “Produtores Florestais” Miguel Vasconcelos Guisado, que vê a vinha plantada em 2016 a produzir 15 toneladas por hectare.

O produtor assegura que a substituição do eucalipto por vinha não implicou cuidados especiais. “Incorporámos matéria orgânica, fizemos a preparação do terreno – sem terraplanagens ou operações que pudessem danificar o solo –, uma boa drenagem e instalámos a vinha. Houve um intervalo em que fizemos uma cultura de aveia para limpar o terreno, mas é uma prática normal”, recorda.

Eucaliptal plantado como uma vinha

A plantação do novo eucaliptal seguiu a mesma

filosofia. “Nessa zona da propriedade, os solos são como uma manta de retalhos. Numa mancha com dois hectares que tinha um pH muito elevado, nefasto à introdução de eucaliptos, além de escolher um clone mais adequado, optei pela não mobilização, e instalei o eucaliptal como se fosse uma vinha ou um pomar dos antigos”, recorda. O controlo do coberto vegetal passou a ser feito com corta mato ou, como aconteceu este ano, com recurso às vacas de um produtor vizinho.

A experiência não podia ter corrido melhor. “Como não houve lixiviação nem mobilização, consegui criar um microclima e o pH acabou por suavizar. Neste momento temos um equilíbrio no solo muito mais interessante e os eucaliptos estão a crescer muito bem”, assume Miguel Vasconcelos Guisado, para quem, em silvicultura, não há “espécies más”. “Naquele sítio, o eucaliptal faz uma barreira junto dos pomares e das vinhas e permite criar uma faixa tampão à entrada de pragas e doenças. Na vinha mais antiga que tenho, que é de 2015, nunca apliquei inseticida, porque na quinta há um microclima, morcegos e pássaros que se abrigam nas árvores centenárias que rodeiam os pomares e no próprio eucaliptal. É um controlo biológico que me permite uma poupança enorme, além do bem ambiental”, diz.

Para este equilíbrio contribui ainda o apiário, localizado dentro do eucaliptal, onde existem ainda algumas árvores antigas.

“O eucaliptal faz uma barreira junto dos pomares e das vinhas e permite criar uma faixa tampão à entrada de pragas e doenças”, explica Miguel Vasconcelos Guisado, da Quinta da Póvoa.

▼ Na Quinta da Cholda, na Golegã, o cultivo de milho está paredes-meias com a floresta de eucalipto, pinheiro manso e sobre



Faixas agrícolas na floresta da Golegã

Na Quinta da Cholda, na Golegã, Nuno Coimbra também está a optar pelo sistema agroflorestal no eucaliptal. A quinta, adquirida pelo pai, inclui, além de floresta de eucalipto, pinheiro manso e sobre, o cultivo de milho.

“A propriedade tem uma mancha de cerca de 40 hectares de eucalipto que foram plantados em 1992 e cortados pelo segundo corte em 2019. Foi nessa altura que optámos por fazer a plantação em faixas. Fizemos um núcleo de plantação seguida em cerca de 30 a 35 hectares, e deixámos uma percentagem de 10% da área que não plantámos totalmente, com um intervalo entre linhas de plantação de cerca de três vãos: oito metros plantados, 16 sem plantar”, explica Nuno Coimbra.

Com a plantação de eucaliptos já feita, resta escolher

Nuno Coimbra também está a optar pelo sistema agroflorestal na Golegã. “É uma ideia um pouco copiada do Brasil, onde fazem muito este tipo de consociação de eucalipto com parte agrícola”, diz.

UM PRODUTO PREMIADO NA QUINTA DA PÓVOA

Old Nosey é o último produto criado na Quinta da Póvoa. Um destilado de pera feito a partir da pera rocha dos velhos pomares e que deve o nome ao primeiro duque de Wellington, a quem foi dada a alcunha de Old Nosey quando estava nas Linhas de Torres Vedras. A atenção ao produto – já premiado – estende-se à embalagem de vidro, com uma rolha de cortiça lacrada com cera de abelha, envolvida por um saquinho de serapilheira, o material com que os camponeses da região se abrigavam das intempéries.



Miguel Vasconcelos Guisado produz uma aguardente de pereira nas Linhas de Torres Vedras

as espécies que irão ocupar as linhas de intervalo. Amendoeiras, nogueiras, algumas hortícolas, cereal ou mesmo áreas de pastoreio são algumas das hipóteses que o proprietário está a analisar em conjunto com o Instituto Superior de Agronomia (ISA).

Potenciar a retenção de carbono

“É uma ideia um pouco copiada do Brasil, onde fazem muito este tipo de consociação de eucalipto com parte agrícola”, diz Nuno Coimbra, para quem estas faixas acabam por funcionar como zonas de proteção e conservação da biodiversidade, mas também como barreira contra o fogo. Algo que foi tido em conta na escolha do local. “Como tenho uma área circundante deste eucaliptal em pinhal manso, achei que poderia fazer uma linha de proteção ao pinhal. Essa foi a primeira lógica: criar uma zona de descontinuidade ao pinhal manso”, explica Nuno Coimbra.

Outra das opções é manter estas faixas por mais tempo, potenciando uma maior retenção de carbono. “Como as árvores têm espaço dos dois lados, as duas linhas de eucalipto que estão plantadas poderiam ficar ‘eternas’ e funcionar como zonas de nidificação”, explica este produtor para quem urge repensar a lógica de produção. “Nós, produtores e agricultores, temos de arranjar soluções para fazer novas plantações que não sejam apenas a monocultura do eucalipto. O interesse principal continua a ser a produção florestal, mas estou preparado para ter algumas zonas em consociação”, diz. **PF**

INSTITUTO RAIZ INTEGRA REDE DA UNESCO

O RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel passou a fazer parte da Rede Portuguesa de Clubes UNESCO, grupos de pessoas (associações sem fins lucrativos, ONG, escolas, universidades, fundações, círculos culturais, sociais e administrativos da comunidade) que acreditam nos ideais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e desejam apoiá-la na sua missão. Enquanto Clube UNESCO, o RAIZ irá colaborar com instituições locais, regionais, nacionais e internacionais. Um dos objetivos passará por contribuir para tornar a cidadania mais consciente e participativa, desenvolvendo materiais pedagógicos e promovendo seminários e debates em torno do desenvolvimento sustentável da floresta.



PDR2020: NOTIFICAÇÕES COM NOVOS PRAZOS

A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Regional do Continente (PDR2020) encurtou o prazo de notificação para os beneficiários de 25 para cinco dias após a receção do e-mail com a notificação, no Balcão do Beneficiário.

“Mesmo que este não a tenha aberto ou lido, considera-se que tomou conhecimento da mesma, estando, por isso, em condições de dar o adequado seguimento/ resposta ao que é solicitado na notificação recebida”, refere a Autoridade de Gestão, alertando

para a importância do correio eletrónico enquanto meio de comunicação. Um endereço de correio eletrónico incorreto ou desatualizado pode significar “a perda de informação essencial para o correto acompanhamento e gestão de cada candidatura”.

APANHA DA PINHA DEVE SER COMUNICADA AO ICNF



A campanha de apanha de pinha de pinheiro-manso, iniciada a 1 de dezembro e a decorrer até 31 de março, sendo uma atividade regulamentada, obriga os operadores a fazerem comunicação prévia ao ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

A colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinea* L. (pinheiro-manso) só está dispensada de comunicação prévia até ao limite de 10 quilos de peso, desde que destinados a autoconsumo.

INDÚSTRIA DO PAPEL REPLANTOU 5 661 HECTARES EM 2019



O esforço de plantação desenvolvido pela indústria papeleira nacional cifrou-se em 5 661 hectares de reforestação em 2019, segundo o Boletim Estatístico da CELPA. As empresas associadas da CELPA - Associação da Indústria Papeleira são responsáveis pela gestão direta de 190,3 mil hectares, em propriedades

próprias e arrendadas, do território nacional, dos quais 162,4 mil hectares são ocupados com floresta, o que representa cerca de 5% da floresta portuguesa. O setor papeleiro gere 17% do eucaliptal, 1% do montado de sobreiro, 0,5% do pinhal-bravo e 0,6% de outras espécies da floresta nacional.

NOVO MANUAL AJUDA A AVALIAR PROJETOS

Os técnicos municipais responsáveis pela avaliação de projetos de arborização e rearborização têm agora a vida facilitada por um manual de procedimentos e legislação aplicável, elaborado pela AGRO.GES, prestadora de serviços de apoio ao desenvolvimento rural e aos setores agroflorestal e alimentar. Segundo a empresa, o Manual de Apoio à Avaliação de Projetos Florestais de Arborização e Rearborização no Âmbito da Legislação em Vigor serve para ultrapassar a “discrepância entre os critérios utilizados pelos técnicos responsáveis pela análise e aprovação de projetos RJAAR” e está disponível gratuitamente no site da AGRO.GES (www.agroges.pt).

NAVIGATOR E FNAP JUNTAS EM DEFESA DA APICULTURA

Conciliar a gestão florestal eficiente com a operacionalidade das colmeias, sem comprometer a qualidade da produção do pólen e do mel, é o objetivo principal do protocolo de colaboração estabelecido entre a The Navigator Company e a Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP). A parceria prevê a cedência temporária e gratuita de parcelas do património florestal

da Navigator à FNAP, para que os apicultores associados possam proceder à instalação de apiários e desenvolver a sua atividade. A iniciativa vigorará nos próximos dois anos e, promovendo a defesa, proteção e desenvolvimento da atividade apícola, terá reflexos de elevada importância nos ecossistemas florestais, nomeadamente pelos benefícios da polinização.



BIOTRITURAÇÃO PARA SOBRESANTES FLORESTAIS

O município de Braga vai contar com um centro de biotrituração comunitário, com vista a combater os incêndios florestais e proteger a natureza, as pessoas e os bens. O projeto, numa parceria entre a

Câmara Municipal de Braga e a Braval, empresa intermunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos, disponibilizará à população dois biotrituradores para a destruição de sobrantas agrícolas e florestais,

com o objetivo de reduzir em 40% o número de queimas realizadas no concelho. O subproduto obtido será distribuído gratuitamente entre os contribuintes de biomassa, promovendo a economia circular.

BIOMASSA GANHA PESO NA ENERGIA

A biomassa florestal teve um crescimento médio anual de 3% no setor do aquecimento, desde 2000, relativamente às restantes fontes renováveis, segundo o último relatório estatística da Bioenergy Europe. Em 2018, esta bioenergia representava já 85% do total de energia renovável utilizada para este fim na Europa. Os planos nacionais para a energia e clima dos Estados-membros da União Europeia têm como meta aumentar a quota das energias renováveis dos atuais 19,7% para 40% do total produzido em 2030. No entanto, em 2018, 79% das

fontes de energia para o setor do aquecimento ainda provinham de combustíveis fósseis. Na opinião da Bioenergy Europe, a resposta para a descarbonização do setor pode ser a biomassa. A ideia também é defendida na “Ambição Agro 2020-30”, da Confederação dos Agricultores de Portugal, propondo apoios à utilização da biomassa florestal no aquecimento das habitações das explorações agrícolas e nos aglomerados urbanos, bem como nas infraestruturas públicas em meio rural, para diminuir incêndios e o uso de combustíveis fósseis.



TEMPERATURAS VÃO SUBIR 4 A 5 GRAUS EM PORTUGAL

“As temperaturas da Península Ibérica vão aumentar de forma ‘muito preocupante’ durante este século e, em Portugal, há regiões que poderão registar subidas de 4 a 5 graus centígrados nas máximas diárias”, concluiu um trabalho académico do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (CESAM) da Universidade de Aveiro. O estudo, que analisou e projetou as temperaturas de superfície na Península Ibérica para dois períodos futuros, o primeiro de 2046 a 2065 e o outro de 2081 a 2100, antevê que, dentro de algumas décadas, “podemos ter três meses por ano com temperaturas máximas diárias acima de 40 graus, se bem que esta tendência é mais predominante no centro-sul de Espanha e não tanto para Portugal”.

MOVITER APOSTA NA ÁREA FLORESTAL

A Moviter, um dos principais importadores nacionais de equipamentos industriais e agrícolas, reforçou a aposta na área florestal, através da criação do Departamento de Economia Circular e Floresta, vocacionado para apoiar os produtores florestais nos processos de candidatura aos novos quadros comunitários de apoio ao investimento. Importadora exclusiva da marca japonesa Hitachi há mais de 20 anos, a Moviter disponibiliza várias soluções promotoras de maior eficiência e rentabilidade nas diferentes fases da cadeia de valor, desde o abate e processamento de árvores, à reflorestação e tratamento de resíduos.



NAVIGATOR QUER MAIS MADEIRA PORTUGUESA



▲ Administrador João Lé destacou decisão da Companhia em manter ativos todos os fornecedores nacionais em 2020

A The Navigator Company entra em 2021 com a “ambição de adquirir mais madeira em território nacional”, afirmou o administrador executivo para a Área Florestal, João Lé, após um “ato simbólico para celebrar o empenho e a dedicação dos fornecedores de madeira à empresa”, que se traduziu no sorteio de um automóvel no final de 2020, no âmbito do programa Recarga. João Lé recordou a inédita paragem de máquinas, em 2020, por razões de mercado, para realçar o significado da decisão da Companhia em “manter ativos todos os fornecedores”, apesar de algumas restrições. E, apoiado num “caderno de encomendas robusto”, partilhou várias propostas da Navigator para o futuro próximo, visando estancar a perda de área de eucalipto, nomeadamente em resultado das restrições legislativas. “Estamos disponíveis para plantar um hectare de floresta autóctone por cada hectare de eucalipto que plantarmos, para replantar áreas equivalentes às ocupadas por fotovoltaicas e para substituir matos e incultos por floresta de produção, desde

que não estejam em áreas protegidas ou de conservação”, explicou o administrador executivo para a Área Florestal, reclamando envolvimento no processo legislativo e atenção dos governantes para as necessidades de “uma fileira essencial para economia do país e determinante para a neutralidade carbónica”. Na sessão realizada na Herdade de Espirra, Gonçalo Vieira, diretor de Abastecimento de Madeiras, reforçou a proatividade da Navigator no difícil ano de 2020, em que todas as iniciativas desenvolvidas e implementadas foram sempre para “proteger a sustentabilidade da empresa, dos nossos fornecedores e parceiros”. Apesar das medidas inevitáveis decorrentes da COVID-19, com limitações no volume das aquisições de madeira a afetarem as importações de fora da Península Ibérica e, consecutivamente, as importações do mercado espanhol, mercado nacional e o volume proveniente de matas próprias, “a sustentabilidade financeira da nossa empresa nunca esteve em causa, os apoios aos fornecedores foram inclusive reforçados, tal como os

investimentos”, sublinhou aquele responsável.

Recarga premeia fidelização dos fornecedores

Iniciado em 2019, o projeto Recarga é um programa de fidelização por pontos destinado aos fornecedores de madeira da Navigator, gerido em parceria com a TLC Marketing, com continuidade assegurada em 2021. Este programa já distribuiu diversos prémios a fornecedores, entre eles bilhetes para um jogo da Seleção Nacional, evento de karts e convites duplos para um cruzeiro no rio Douro. E terminou, em 2020, com o sorteio de um automóvel BMW 420d Cabrio, entre todos os fornecedores ativos do mercado nacional com entregas de madeira nas fábricas da Navigator durante o ano 2019. Deste sorteio resultou a atribuição da viatura ao fornecedor Abastena - Sociedade Abastecedora de Madeiras, empresa sediada em Coimbra e com postos de atendimento em Sampaio (Figueira da Foz), Cacia (Aveiro), Pegões (Setúbal) e Irivo (Penafiel), e que é um importante parceiro da Navigator.

Envie-nos a sua notícia para: revista@produtoresflorestais.pt

Veja mais em: www.produtoresflorestais.pt

PROGRAMAS DE INCENTIVO: QUAIS SÃO E COMO ACEDER

O setor agroflorestal e os setores associados constituem prioridades de investimento a nível nacional, não só pelo impacto positivo das suas aplicações tradicionais, como pelo impacto que as cadeias de valorização de biomassa e o respetivo desenvolvimento de tecnologia podem vir a ter num futuro próximo. Em Portugal, o apoio ao investimento é concedido através de mecanismos de estímulo que visam impulsionar a economia nacional, maioritariamente em áreas prioritárias, segundo as estratégias de desenvolvimento estratégico estabelecidas para Portugal e Europa. Estes mecanismos, habitualmente designados de incentivos, podem ser de índole financeira ou fiscal. Fique a conhecê-los melhor e saiba como dar passos para aceder a estes apoios.

Portugal 2020

Os apoios para o setor considerado encontram-se, maioritariamente, inseridos num atrativo pacote de incentivos financeiros, que enquadra o Programa de Fundos Comunitários para 2014-2020, conhecido por Portugal 2020.

Devido aos impactos negativos do surto pandémico da COVID-19, o Portugal 2020 foi prorrogado além do seu termo natural de vigência, até 2021.

Entre os diferentes sistemas de incentivos existentes no Portugal 2020, destacam-se dois programas que, atualmente, incluem operações relevantes no âmbito do setor florestal.

1) Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)

Corresponde ao principal instrumento de apoio ao desenvolvimento de projetos agroflorestais em todo o território continental e visa apoiar atividades do setor agroflorestal, promovendo o crescimento sustentável do setor.

Das áreas de intervenção incluídas no PDR, destaca-se a área com especial enfoque no ambiente, eficiência no uso de recursos e clima, onde se insere a medida 8 - **Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais** - cujas operações impactam diretamente o setor florestal. Esta medida visa apoiar projetos no âmbito da prática da silvicultura sustentável e gestão de recursos cinegéticos e aquícolas, que visem promover a florestação e a sua adaptação às alterações climáticas e outros agentes, a criação de sistemas agroflorestais, e ainda a



promoção do valor económico dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos.

O apoio financeiro concedido pelo PDR 2020 pode revestir a forma de subsídio não reembolsável ou reembolsável, dependendo do valor do investimento elegível, e pode ser atribuído a pessoas singulares ou coletivas de natureza privada ou pública, assim como a organismos de administração pública central e local, organizações de produtores florestais ou entidades gestoras de baldios. Embora a taxa de cofinanciamento aplicável seja específica para cada operação, beneficiário e Aviso ou Anúncio de Candidatura, os beneficiários podem vir a usufruir de uma taxa de incentivo variável entre 35% e 100% sobre o total das despesas consideradas elegíveis.

Não obstante a informação apresentada, importa referir que as condições de acesso e de apoio são explicitamente apresentadas aquando a abertura de um determinado Aviso ou Anúncio de Candidatura, podendo variar de acordo com o mesmo, podendo os avisos de concurso ser consultados no Balcão do Beneficiário (no site www.pdr-2020.pt/).

Devido aos impactos negativos do surto pandémico da COVID-19, o Portugal 2020 foi prorrogado além do seu termo natural de vigência, até 2021.

FUNDO FLORESTAL PERMANENTE (FFP)

Foi criado para apoiar a gestão florestal sustentável, promovendo a gestão e ordenamento florestais, nas suas distintas valências, através da viabilização de modelos sustentáveis de silvicultura e de ações de reestruturação fundiária, da prevenção de fogos florestais, da valorização e promoção das funções ecológicas, sociais e culturais dos espaços florestais, entre outros.

Os apoios financeiros a conceder no âmbito do presente instrumento revestem, regra geral, a forma de subsídio não reembolsável. Estes apoios remetem para rubricas de despesa relacionadas com a realização das ações supracitadas, sendo o nível de apoio definido por tipologia de ação, e apenas conhecido nos Avisos/Anúncios de Concurso. Podem beneficiar deste instrumento pessoas singulares ou coletivas, de direito público ou privado, que assegurem os meios técnicos e os recursos humanos e financeiros necessários ao desenvolvimento das operações. Atualmente não se encontram avisos abertos, no entanto, estes podem ser consultados em: www.icnf.pt/apoios/fundoflorestalpermanente/candidaturas2020

2) Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)

Corresponde ao programa do Portugal 2020 que materializa a prioridade de crescimento sustentável, dando resposta aos desafios inerentes à transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes.

O PO SEUR organiza-se em secções de intervenção, que se encontram englobadas em três eixos estratégicos. Importa destacar a secção 10 - **Conservação da Natureza** - que apresenta particular impacto no setor florestal e tem como objetivos operacionais a conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade dos ecossistemas e dos recursos geológicos. Esta secção prevê a concessão de apoios a projetos de proteção e adaptação dos ecossistemas, à elaboração de planos para a gestão e ordenamento, e ainda a criação de sistemas de informação e portais, para registo, compilação e fácil acesso à informação que suporta a gestão dos ecossistemas naturais.

Os apoios previstos revestem a natureza de subvenções não reembolsáveis, com uma taxa máxima de cofinanciamento correspondente a 85% das despesas elegíveis, salvo disposições específicas estabelecidas não só no Regulamento pelo qual o programa se rege, bem como nos Avisos de Concurso. Podem usufruir deste apoio entidades da administração pública central, autarquias locais e suas associações, o setor empresarial do Estado, o setor empresarial local e outras entidades, nomeadamente organizações não governamentais da área do ambiente e pessoas coletivas sem fins lucrativos, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades anteriores.

Não obstante a informação apresentada, importa referir que as tipologias das operações a apoiar, a taxa de financiamento e restante condições de acesso são explicitamente apresentadas aquando da abertura de um determinado Aviso de Candidatura, podendo variar de acordo com o mesmo. Os avisos abertos podem ser consultados no site www.poseur.portugal2020.pt. **PF**

Na próxima edição: OS PROGRAMAS DE INCENTIVO COM IMPACTO NO SETOR FLORESTAL FUTURAMENTE DISPONÍVEIS

“A FLORESTA DEVE SER UM ATIVO DE TODOS E PARA TODOS”



Que papel desempenha a floresta no concelho de Valongo?

O concelho de Valongo apresenta uma dicotomia territorial peculiar, exibindo uma mancha urbana considerável e 58,3% de área florestal, parte da qual classificada como Rede Natura 2000 e integrada no Parque das Serras do Porto. A floresta em Valongo destaca-se, assim, pela sua imponente presença, beleza e pelos inúmeros benefícios que lhe estão associados. Como esta floresta está predominantemente sob a responsabilidade de privados, agregando espécies nativas e outras não nativas associadas à criação de valor económico (produção de pasta de papel), o papel do município perante a floresta e o capital natural subjacente é importante no reforço de ações de conservação e de valorização do ecossistema, com vista à garantia da biodiversidade, adaptabilidade e boa evolução dos seres vivos que deles dependem.

Quais os principais projetos desenvolvidos pelo município em prol da floresta e que objetivos serviram a sua execução?

A singularidade e a riqueza patrimonial presente das Serras de Santa Justa e Pias motivaram-nos, juntamente com os municípios de Gondomar e Paredes, a constituir, em 2016, o Parque das Serras do

Porto, com o fim específico de criar, gerir e valorizar a paisagem e o património. O Parque abrange 6000 hectares, onde são desenvolvidas ações de gestão ativa de áreas ocupadas com espécies invasoras, a valorização e adaptação dos rios Ferreira e Sousa às alterações climáticas e até a instalação de um apiário pedagógico para a promoção dos polinizadores. Entre outros projetos municipais em curso, saliento também a Escadaria Cuca Maruca, percurso pedestre com baloiços e miradouros que permitem estender a vista até à cidade do Porto e ao mar.

Que desafios enfrenta o país em termos de floresta e que contributo podem dar as autarquias?

No paradigma atual, facilmente se identificam algumas das maiores ameaças que a floresta sofre em termos globais. Falamos das alterações climáticas, o inadequado uso do território, os incêndios, a exploração intensiva dos recursos, a monocultura de espécies não nativas e práticas de gestão inadequadas, que contribuem para a degradação da floresta e do solo e que dificultam a sua regeneração natural, bem como o restabelecimento das funções socioeconómicas e ambientais que estas oferecem. Neste cenário, as autarquias têm um papel fundamental na mobilização da sociedade e de recursos, bem como na definição de políticas de gestão adequadas para mitigar os efeitos dessas ameaças. Para isso, é fundamental envolver, educar e incentivar os cidadãos a contribuir na definição de soluções, repensar ideias e otimizar projetos, de forma a que a floresta seja um ativo de todos e para todos! **PF**

AGENDA

Nota: Devido aos constrangimentos causados pela COVID-19, os eventos culturais agendados para os próximos meses poderão ser condicionados, ou também cancelados ou adiados para data posterior.

MARÇO

6 e 7

• Feira dos Enchidos, no Heliporto Municipal em Monchique

9 a 11

• Tecnoagro Iberia: Conferência da Amêndoa, no Évora Hotel, em Évora

19 a 21

• Feira do Queijo Serra da Estrela, no Mercado Municipal de Fornos de Algodres

19 a 21

• Feira do Porco Alentejano, no Pavilhão Multiusos de Ourique

24 e 25

• Salão Mundial do Azeite, no IFEMA-Feria de Madrid (Espanha)

28 a 1 de abril

• 14ª Conferência IFSA: Sistemas Agrícolas Europeus (IFSA), em Évora

ABRIL

19 a 22

• Conferência Internacional “Garantir a Diversidade Alimentar e da Agricultura: Recursos genéticos vegetais”, em Tróia

21 a 25

• 37.ª Ovibeja, em Beja (formato digital)

30 a 2 de maio

• 26.ª Festa do Alvarinho e do Fumeiro, em Melgaço

MAIO

1 a 31

• Feira de Leiria, junto ao Estádio Municipal de Leiria

10 a 14

• Feira Internacional para a Indústria de Processamento e Transformação da Madeira (LIGNA), em Hanover (Alemanha)

13 a 15

• 25.ª Feira Nacional do Porco, no Montijo

28 a 30

• 12.ª Feira Internacional da Cortiça (FICOR), em Coruche

OPINIÃO

UM EXEMPLO SECULAR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LUÍS VEIGA MARTINS,

DIRETOR-GERAL DA ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA PAPELEIRA/CELPA



Finalmente, a sustentabilidade passou a fazer parte do nosso vocabulário e da nossa consciência. Começamos a interiorizar que os nossos atos não poderão, de forma alguma, comprometer o futuro das próximas gerações. E nada disso é incompatível com a necessidade de crescimento, de promovermos um desenvolvimento sustentável que permita colocar no mesmo patamar a preservação do ambiente e de as pessoas conseguirem gerar, simultaneamente, valor económico. E não é isso que as florestas de produção fazem há várias gerações? Há muitos séculos que as florestas são uma fonte de matérias-primas de base natural e renovável, que permitem produzir produtos, na sua grande maioria, recicláveis e biodegradáveis, gerando riqueza e emprego nos setores primário e secundário. Naturalmente, a área de Investigação & Desenvolvimento (I&D) é algo que também, desde sempre, esteve presente e fez com que novos produtos fossem pensados e criados, levando à necessidade de identificar quais as espécies que mais se adequariam aos mesmos. Ou seja, surgiram novas espécies na paisagem portuguesa que passaram a ser fonte de abastecimento para determinadas indústrias. Um exemplo de complementaridade entre as florestas de produção e as de lazer e conservação é o pinhal de Leiria. Antes da sua plantação, aquele território era caracterizado por dunas. O seu cultivo permitiu, por um lado, proteger a zona costeira, evitando a erosão e, por outro, sendo esse o grande objetivo, fornecer madeira para a construção de naus durante os Descobrimentos. Ou seja, nada diferente do que assistimos atualmente e que deveria ser potenciado. Esta sinergia não altera o papel e o impacto

socioeconómico e ambiental que as florestas têm e continuarão a ter. De acordo com um estudo recente, realizado pela Boston Consulting Group (BCG), o valor total estimado das florestas mundiais chega aos 150 biliões de dólares, quase o dobro do valor dos mercados de ações globais. Em Portugal, a floresta de produção tem condições únicas de desenvolvimento, que assentam em três dos seus subsectores (pinho, sobre e eucalipto), e está na base de verdadeiros clusters industriais, totalmente nacionais, baseados em recursos naturais, renováveis e sustentáveis e com uma intensidade de I&D e inovação sem paralelo no tecido empresarial nacional. Portugal é líder europeu em papel de escritório e produção de cortiça e o terceiro na produção de pastas de papel. Sem estas espécies o Roteiro da Neutralidade Carbónica não se concretizará. Ao longo desta pandemia, a atividade florestal não parou. Numa preocupação constante por parte das empresas do setor florestal, estas têm apoiado os seus fornecedores – caracterizados por micro e pequenas empresas –, e procedido ao ajustamento dos planos de exploração e manutenção, sempre com o seu foco voltado para a defesa da floresta contra os incêndios rurais. Tudo isto em prol da continuação do desenvolvimento sustentável da nossa floresta. Sobre as florestas, Sadanandan Nambiar afirmou, aquando da sua vinda a Portugal para a 2.ª Edição do Prémio Floresta e Sustentabilidade, que “não existe melhor recurso natural, que cresce naturalmente, é completamente renovável, totalmente reciclável e que pode ser durável e neutra em carbono. E que podemos utilizar no dia-a-dia, tanto para a higiene ou para construir uma sala.” Existe? Não! Nem existem espécies boas nem espécies más. Tem de existir, sim, uma gestão que promova desenvolvimento sustentável, cumprindo o seu desígnio de permitir a neutralidade carbónica, tal como tem vindo acontecer há vários séculos. **PF**

Um exemplo de complementaridade entre as florestas de produção e as de lazer e conservação é o pinhal de Leiria.

FICHA TÉCNICA

Edição e coordenação: Direção de Comunicação e Marca
Diretor: Rui Pedro Batista
Design: Ray Gun / Creativity Worldwide

Conteúdos: Key Message Comunicação Estratégica
Proprietário/ Editor: The Navigator Company
Morada e sede da redação: Av. Fontes Pereira de Melo, 27 1050-117 Lisboa

Impressão: Impresso em papel Inaset Plus Offset 100 g/m², tendo por base florestas com gestão responsável.
Isenta de registo na ERC ao abrigo do Dec.Reg. 8/99 de 9/6 art.12º n.º1-a). Depósito Legal nº 0000/18

Periodicidade: Bimestral
Tiragem: 30 000 exemplares
Gráfica: Sprint

PUBLICAÇÃO GRATUITA

AS PLANTAS DE HOJE PARA A FLORESTA DE AMANHÃ



VIVEIROS
ALIANÇA



PRODUTOS

Somos o maior produtor mundial de plantas clonais de *Eucalyptus globulus*, mas a nossa dedicação às plantas florestais vai muito para além disso. A aposta permanente em investigação e a nossa ampla experiência permitem-nos hoje garantir a mais alta qualidade numa oferta diversificada:

- Eucalipto Clonal e Seminal Melhorado, com a mais elevada categoria de certificação, resultado de 30 anos de investigação e experimentação conduzida pelo RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel.
- 30 espécies florestais, do medronheiro aos carvalhos, passando pelo sobreiro, pinheiro bravo e manso, produzidos de semente colhida em povoamentos selecionados.
- 130 espécies ornamentais.
- 5 variedades de oliveira.

Viveiro de Espirra
Herdade de Espirra,
2985-270 Pegões;
Tel 265898780; Fax
265898079

Viveiro da Caniceira
Herdade da Caniceira,
2205-000 S. Miguel
do Rio Torto - Tramagal;
Tel/Fax 241899047

Viveiro das Ferreiras
Estrada Nacional 346,
Km 22,4;
Tel 275941175; Fax
275941301

SERVIÇOS

Ajudamos na conceção e manutenção dos seus espaços verdes. Temos as soluções mais adequadas ao seu caso. Construimos jardins desenhados à medida do cliente, implementando soluções funcionais e sustentáveis. Produzimos as plantas mais adequadas a cada espaço, e fazemos uma criteriosa seleção e preparação de acordo com as normas de certificação em vigor.

Horário de funcionamento: Dias úteis das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h00. Sexta-feira encerra às 15h00.
Loja *online*: loja.viveirosalianca.com

www.viveirosalianca.com

Parceiro
**PRODUTORES
FLORESTAIS**


THE
NAVIGATOR
COMPANY